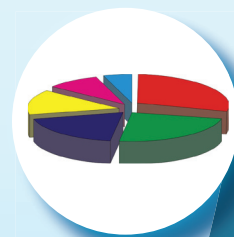
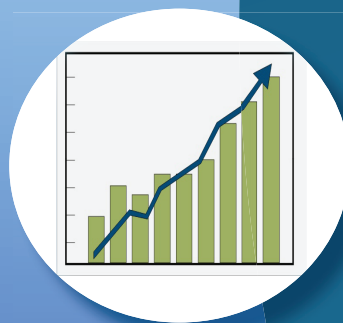


Fundação Nacional da Saúde



RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

**Superintendência Estadual
de São Paulo (Suest/SP)**



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, MARÇO DE 2013



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado ao órgão de controle externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN n.º 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU n.º 133/2013.

SÃO PAULO, MARÇO DE 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
<u>PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA</u>	09
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	09
<u>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE</u>	11
<u>1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL</u>	12
<u>1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</u>	18
<u>1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO</u>	18
<u>1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS</u>	18
<u>PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</u>	
<u>2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA</u>	19
<u>2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</u>	20
<u>2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES</u>	23
<u>2.4 INDICADORES</u>	23
<u>PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</u>	
<u>3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</u>	34
<u>3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS</u>	34
<u>3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO</u>	36
<u>3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU</u>	37
<u>PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</u>	
<u>4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ</u> ...38	
<u>4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA</u>	38
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	38
4.2.2 Programação de Despesas	38
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	38
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	38
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	38
4.2.2.4 Análise Crítica	38
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa	39
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa.....	40
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	40
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	40
4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	40
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	40
4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	40
4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	42
4.2.4.2.3 Análise crítica	43
<u>PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS</u>	43
5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	43
5.1.2 Análise Crítica	43
<u>5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	43
5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	43
5.2.2 Análise Crítica	44
<u>5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS</u>	44
5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	44

<u>5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</u>	44
<u>5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes</u>	44
<u>5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</u>	45
<u>5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse</u>	46
<u>5.3.6 Análise Crítica</u>	47
<u>5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS</u>	48
<u>5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos</u>	48
<u>5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral</u>	49
<u>5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”</u>	49
<u>5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)</u>	49
<u>5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ</u>	50
<u>5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos</u>	50
<u>5.4.1.6 Análise Crítica</u>	50
<u>5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ</u>	51
<u>PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS</u>	51
<u>6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</u>	51
<u>6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada</u>	51
<u>6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho</u>	52
<u>6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade</u>	53
<u>6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade</u>	53
<u>6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</u>	54
<u>6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</u>	55
<u>6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da UJ Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria</u>	55
<u>6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada</u>	56
<u>6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</u>	57
<u>6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</u>	57
<u>6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</u>	57
<u>6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC</u>	57
<u>6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico</u>	58
<u>6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos</u>	58
<u>6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</u>	58
<u>6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS</u>	58
<u>6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</u> ...	59
<u>6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público</u>	59
<u>6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</u>	59
<u>6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada</u>	60
<u>6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</u>	61
<u>6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários</u>	62

<u>PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS...</u>	63
<u>7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</u>	67
<u>7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</u>	67
<u>7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</u>	67
<u>7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ</u>	68
<u>PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)</u>	68
<u>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS</u>	69
<u>9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA</u>	71
<u>PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</u>	73
<u>10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</u>	73
<u>10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO</u>	73
<u>10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO</u>	73
<u>10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</u>	73
<u>10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA</u>	104
<u>10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93</u>	104
<u>10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93</u>	104
<u>10.3.1.2 Análise Crítica</u>	104
<u>10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV</u>	105
<u>10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV</u>	105
<u>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.</u>	
<u>11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO</u>	107
<u>11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos</u>	107
<u>11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</u>	107
<u>11.2.1 Declaração Plena</u>	107
<u>11.2.2 Declaração com Ressalva</u>	108
<u>11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI N.º 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N.º 1.133/2008</u>	108
<u>11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE</u>	109
<u>PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012</u>	
<u>12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ</u>	109
<u>RESULTADOS E CONCLUSÃO</u>	112

LISTAS

I- De Gráficos e Fluxogramas:

Organograma Funcional.....	7
Convênios Aprovados 2010/2011/2012 (em quantidade de Convênios).....	112
Convênios Aprovados 2010/2011/2012 (em milhões de R\$).....	112

II- De Tabelas

Tabela 1- Itens que Não se Aplicam da Esta Unidade Jurisdicionada.....	7
Tabela 2- Itens que Não Correspondem a Atos do Exercício Analisado.....	8
Tabela 3- Indicadores para Avaliação do Desempenho da Funasa – Eixo Engenharia de Saúde Pública	24
Tabela 4- Indicadores para Avaliação do Desempenho da Funasa – Eixo Saúde Ambiental.....	30
Tabela 5- Indicadores para Avaliação do Desempenho da Funasa – Eixo Administração.....	32
Tabela 6- Indicadores para Avaliação do Desempenho da Funasa – Eixo Administração/ Recursos Humanos.....	33
Tabela 7- Convênios Aprovados com Ressalvas em 2012.....	48
Tabela 8- Total de Veículos Pertencentes à SUEST-SP.....	63
Tabela 9- Média Anual de Quilômetros Rodados por Veículo.....	65
Tabela 10- Idade Média da Frota.....	66
Tabela 11- Custos da Frota.....	66
Tabela 12- Processos Licitatórios – Modalidades Adotadas.....	111

III- De Quadros

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	34
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	38
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	39
Quadro A.4.14 – Despesas Por Modalidade De Contratação – Créditos De Movimentação.....	40
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação.....	42
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	43
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	45
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	46
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	49
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	49
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	50
Quadro A.5.12 - Prestações De Contas De Suprimento De Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	50
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	51
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação.....	51
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	52
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	53
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	53
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	54

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	55
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	56
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos Ao Registro Do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	57
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	58
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	58
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	60
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	61
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	62
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	67
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	67
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	68
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	69
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	72
Quadro A.10.1 - Recomendações Do Tcu Atendidas E Pendentes De Atendimento No Exercício.....	73
Quadro A. 10.1.3 - Recomendações Do Oci Atendidas E Pendentes De Atendimento No Exercício.....	83
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	104
Quadro A.10.6 – Modelo de Declaração de Inserção de Dados no SIASG e SICONV.....	105
Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	108

IV- De Abreviaturas

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde
PPA- Plano Plurianual
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
TCU- Tribunal de Contas da União
SUEST- Superintendência Estadual
SUS- Sistema Único de Saúde
SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASG- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGOB- Sistema Integrado de Gerenciamento de Obras
SISCON- Sistema de Convênios
SIGESAN- Sistema Gerencial de Projetos de Saneamento
SICONV- Sistema de Convênios e contratos de repasse do Governo Federal
MPOG- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UJ- Unidade Jurisdicionada
SESAM- Setor de Saúde Ambiental
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública
SEREH- Serviço de Recursos Humanos
DIADM- Divisão de Administração
SECON- Serviço de Convênios
OCI- Órgão de Controle Interno

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em São Paulo (Funasa/Suest-SP) durante o exercício de 2012 e tem por finalidade apresentar as ações executadas por esta Unidade Jurisdicionada (UJ) e suas respectivas áreas responsáveis e tornar públicas as metas atingidas e o desempenho financeiro da instituição.

O presente documento foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013 e está estruturado em doze itens.

Em atendimento ao item 4.5 da Portaria CGU 133/2013, nos quadros a seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 que não constam deste Relatório, bem como as correspondentes justificativas:

Tabela 1 - Itens que não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada

Item	Sub item	Especificação	Título
1	1.4		Macroprocessos Finalísticos
1	1.5		Macroprocessos de Apoio
3	3.1		Estrutura de Governança
4	4.1	Todos os Quadros Correspondentes	Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ
4	4.2.2		Programação de Despesas
4	4.2.2.1	Quadro A.4.8	Programação de Despesas Correntes
4	4.2.2.2	Quadro A.4.9	Programação de Despesas de Capital
4	4.2.2.3	Quadro A.4.10	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
4	4.2.2.4		Análise Crítica
4	4.2.4		Execução Orçamentária da Despesa
4	4.2.4.1		Execução da Despesa com Créditos Originários
4	4.2.4.1.1	Quadro A.4.12	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
4	4.2.4.1.2	Quadro A.4.13	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
5	5.3.1	Quadro A.5.3	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
5	5.3.2	Quadro A.5.4	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
5	5.3.3	Quadro A.5.5	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes
5	5.5		Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ
8	8.1		Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

10	10.2		Informações Sobre A Atuação da Unidade de Auditoria Inter
11	11.3		Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
11	11.6		Parecer da Auditoria Independente

Tabela 2 – Itens que não correspondem a atos do exercício analisado

Item	Sub item	Especificação	Título
5	5.1.1	Quadro A.5.1	Reconhecimento De Passivos Por Insuficiência De Créditos Ou Recursos
5	5.1.2		Análise Crítica
5	5.4.1.2	Quadro A.5.9	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
6	6.1.7.2	Quadro A.6.12	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
6	6.1.7.3	Quadro A.6.13	Informações da Atuação do órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos
6	6.1.8	-	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos
6	6.2.1	Quadro A.6.14	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
6	6.2.2	Quadro A.6.15	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
6	6.2.3	Quadro A.6.16	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
11	11.2.1	Quadro A.11.1	Declaração Plena

PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 53873
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de São Paulo			
Denominação Abreviada: SUEST/FUNASA/SP			
Código SIORG: 53873	Código LOA: 36211		Código SIAFI: 255025
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			CNPJ: 26.989.350/0538-21
Principal Atividade: PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL; ESTADUAL; MUNICIPAL.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(011)3585-9700	(011) 3585-9703	
Endereço Eletrônico: coresp.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Bento Freitas, 46, Vila Buarque – 01220-000 – São Paulo/SP.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2003.</p> <p>Decreto n.º 7.335, de 19 de outubro de 2010, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências. O Decreto n.º 7.336, de 19 de outubro de 2010, cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde, e Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, e dá outras providências.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<p>Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 aprova o regimento interno da Funasa. A estrutura organizacional foi alterada com a publicação do Decreto n.º 6.878 de 18 de junho de 2009, publicado do DOU em 19 de junho de 2009, que transforma os Distritos Sanitários Especiais Indígenas em unidades descentralizadas.</p> <p>Portaria n.º 1.104 de 23 de setembro de 2010, que Dispõe sobre a descentralização dos atos subseqüentes à celebração dos Convênios e Termos de Compromisso para as Coordenações Regionais da Fundação Nacional de Saúde.</p>			

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Não existem em nível de Superintendência Estadual	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
255025	36211

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), pessoa jurídica de direito público integrante do Poder Executivo Federal, vinculada ao Ministério da Saúde, tem por Missão Institucional “promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental”.

Suas Competências estão definidas no Artigo 2º de seu Estatuto (Decreto 7.335 de 19/10/2010), no qual se lê:

Art. 2º À FUNASA, entidade de promoção e proteção à saúde, compete:

I - fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e

II - formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a **Funasa** detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento do país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A **Funasa** presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

» Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a **Funasa** planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- À formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
- Ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- Ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

1.3 Organograma Funcional

Por força do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, foi elaborada a proposta do Regimento Interno da Funasa, e encaminhada para o Ministério da Saúde (MS) para aprovação.

O referido regimento foi encaminhado por meio do Ofício 123 / Gabinete PR / Presi / Funasa de 09 de maio de 2012, reiterado pelo Ofício / Gabinete PR / Presi / Funasa de 14 de fevereiro de 2013, e até o momento esta aprovação não foi efetivada.

Como o decreto referido acima alterou a estrutura vigente, e a nova proposta ainda não foi aprovada, a Funasa optou pela descrição das competências baseadas na proposta do novo regimento interno, por ser o instrumento baseado na legislação vigente.

PROPOSTA DE REGIMENTO INTERNO DA FUNASA, BASEADA NO DEC. 7.335 - DE 19/10/2010.

SEÇÃO IV

Das Unidades Descentralizadas

Art. 84. Às Superintendências Estaduais compete coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da Fundação Nacional de Saúde, nas suas respectivas áreas de atuação.

Art. 85. À Divisão de Engenharia de Saúde Pública das Superintendências Estaduais compete:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de engenharia de saúde pública, no âmbito da Superintendência Estadual;

II - prestar apoio técnico à programas e ações de gestão dos serviços de saneamento desenvolvidas por órgãos estaduais e municipais;

III - apoiar e supervisionar estudos e pesquisas tecnológicas na área de saneamento e edificações de Saúde Pública;

IV - analisar projetos de saneamento e edificações de Saúde Pública; e

V - acompanhar e supervisionar obras realizadas com transferência de recursos da Fundação Nacional de Saúde.

Art. 86. À Seção de Análise de Projetos compete:

I - analisar projetos técnicos de engenharia destinados a área de saúde, bem assim os relativos a obras nas edificações de uso da Fundação Nacional de Saúde;

II - analisar e emitir parecer técnico relativo a convênios; e

III - prestar cooperação técnica.

Art. 87. À Seção de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - acompanhar a execução das obras realizadas com recursos da Fundação Nacional de Saúde; e

II - acompanhar e avaliar as atividades de elaboração de projetos, enfocando custos e concepções técnicas.

Art. 88. À Divisão de Administração das Superintendências Estaduais competem planejar, coordenar e executar as atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos e insumos estratégicos.

Art. 89. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - executar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira;

II - programar, consolidar e fornecer subsídios às atividades relacionadas à proposta orçamentária anual em articulação com as diversas áreas da Superintendência Estadual;

III - executar e acompanhar as atividades de movimentação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - promover estudos de custos orçamentários e financeiros das ações desenvolvidas pela Superintendência Estadual;

V - elaborar, mensalmente a programação financeira;

VI - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

VII - promover o envio e/ou retificação das declarações anuais obrigatórias a nível da Superintendência Estadual;

VIII - manter adimplência da Fundação Nacional de Saúde junto aos órgãos arrecadadores e fiscalizadores a nível Estadual; e

IX - executar outras atividades determinadas pelo Chefe da Divisão de Administração.

Art. 90. Ao Setor Orçamentário e Financeiro compete:

I - executar e acompanhar a programação e execução orçamentária e financeira;

II - manter atualizado os registros orçamentários e financeiros recebidos e os saldos dos empenhos emitidos;

III - executar as atividades de registro de conformidade documental;

IV - promover o pagamento dos processos de despesas no âmbito Estadual;

V - proceder à análise e execução dos registros contábeis dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; e

VI - executar outras atividades determinadas pelo chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 91. À Seção de Recursos Logísticos compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo;

II - controlar, orientar e fiscalizar a execução de atividades de limpeza, manutenção, vigilância, transporte, administração de material, patrimônio, obras e comunicação;

III - proceder à análise e acompanhamento dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação;

IV - acompanhar a execução de contratos, acordos e ajustes da Superintendência;

e

V - elaborar minutas de contratos, aditivos e acordos, submetendo-os à apreciação do Superintendente.

Art. 92. Ao Setor de Comunicação compete:

I - executar as atividades relacionadas ao recebimento, classificação, movimentação e expedição de correspondências e arquivos; e

II - proceder à análise, avaliação e seleção de documentos, segundo a Tabela de Temporalidade de Documentos vigentes.

Art. 93. Ao Setor de Material compete:

- I - executar as atividades de administração de material e serviços, de controle de estoque físico e contábil dos materiais de consumo e insumos estratégicos;
- II - executar os procedimentos relativos a compras de materiais e contratações de serviços; e
- III - manter atualizados os registros das atividades que lhes sejam afetas nos correspondentes sistemas de informação.

Art. 94. Ao Setor de Transportes compete:

- I - supervisionar e controlar a execução das atividades relativas a transporte de funcionários, de cargas e manutenção da frota de veículos;
- II - acompanhar e manter atualizado o cadastro de veículos, manutenção da frota em uso, registro e licenciamento, bem como acompanhar o consumo de combustíveis e lubrificantes; e
- III - acompanhar perícias para apuração de responsabilidade decorrente de má utilização ou negligência por parte dos motoristas.

Art. 95. Ao Setor de Patrimônio compete:

- I - executar as atividades de administração patrimonial;
- II - propor a alienação, cessão ou baixa de materiais permanentes;
- III - manter atualizados os dados do acervo de bens móveis e imóveis, inclusive contabilmente; e
- IV - elaborar o inventário anual dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. Ao Serviço de Recursos Humanos das Superintendências Estaduais compete:

- I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da Fundação Nacional de Saúde;
- II - supervisionar as atividades relativas à aplicação da legislação de pessoal sob sua administração;
- III - proceder a estudos sobre lotação ideal de servidores, objetivando subsidiar estratégias de gestão de recursos humanos;
- IV - disponibilizar aos servidores, informações e esclarecimentos a respeito das políticas e procedimentos relacionados a recursos humanos;
- V - propor à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Plano Anual de Capacitação de recursos humanos; e
- VI - promover, executar e monitorar as ações da política de atenção à saúde do servidor em harmonia com a unidade central:
 - a) perícia médica;
 - b) promoção e vigilância à saúde; e
 - c) assistência a saúde suplementar.

Art. 97. Ao Setor de Cadastro e Pagamento compete:

- I - acompanhar e executar as atividades de pagamento de remuneração e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- II - elaborar cálculos de direitos e vantagens decorrentes da implantação e revisão de aposentadorias e pensões e outros que impliquem em alteração de remuneração;
- III - executar as atividades de atualização cadastral, movimentação de pessoal e concessão de benefícios de servidores ativos e inativos;
- IV - promover a apresentação da declaração de bens e rendas dos servidores da Fundação Nacional de Saúde, no final de cada exercício financeiro, exoneração ou afastamento definitivo, bem como encaminhar as informações ao órgão de controle externo;
- V - atualizar a documentação e assentamentos funcionais dos servidores; e

VI - supervisionar e controlar a execução das atividades relacionadas à concessão e revisão de aposentadoria e pensão.

Art. 98. Ao Setor de Capacitação compete:

I - acompanhar e executar as atividades de avaliação de desempenho, de levantamento das necessidades e de desenvolvimento de recursos humanos;

II - elaborar e manter cadastro de qualificação do corpo funcional e de instrutores;

III - elaborar e implementar programas e projetos de capacitação, de acordo com diretrizes estabelecidas pela unidade central da Fundação Nacional de Saúde; e

IV - propor a participação de servidores em atividades de treinamento e eventos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 99. Ao Serviço de Convênios compete:

I - auxiliar a Coordenação-Geral de Convênios na proposição de procedimentos internos para a celebração, gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

II - repassar aos setores subordinados a legislação aplicável à área, bem como normativos, portarias e instruções recebidas dos órgãos centrais e de órgãos externos, cobrando suas aplicações;

III - coordenar as atividades relacionadas ao gerenciamento e prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atribuições dos setores subordinados; e

V - executar atividades relacionadas a convênios determinadas pela Unidade

Central.

Art. 100. Ao Setor de Habilitação e Celebração compete:

I - coordenar e executar a análise processual de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres, celebrados com entidades de sua Unidade da Federação, de acordo com a legislação vigente e com orientações das unidades centrais, executando as tarefas afeitas ao gerenciamento desses instrumentos e encaminhando documentações às autoridades competentes;

II - solicitar informações ou complementação de informações relativas ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres a setores da própria Fundação ou a órgãos externos;

III - encaminhar informações a Coordenação de Habilitação e Celebração de Convênios com relação aos instrumentos gerenciados no setor, a fim de subsidiar as atribuições daquela Coordenação;

IV - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à habilitação e gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres; e

V - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 101. Ao Setor de Prestação de Contas compete:

I - elaborar relatórios, trimestrais e anuais, de acompanhamento e análise de prestação de contas da execução de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares, encaminhando-os à Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, ao fim de cada trimestre e exercício;

II - prestar cooperação técnica aos órgãos e entidades convenientes na elaboração e apresentação de prestação de contas, em conformidade com as normas e legislação vigente;

III - controlar e realizar cobrança de prestação de contas dos convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados no âmbito de sua atuação;

IV - realizar a análise e a emissão de parecer parcial e final em prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

V - analisar a documentação de processo de prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados;

VI - atualizar os sistemas internos de gestão de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares;

VII - submeter ao ordenador de despesas, para aprovação, as prestações de contas dos recursos repassados mediante convênios, termos de compromisso e instrumentos similares no âmbito de sua atuação;

VIII - controlar a tramitação de processos e documentos relativos à prestação de contas;

IX - informar a Coordenação de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas de Convênios, para registro no mesmo, toda a execução das prestações de contas parcial e final de convênios, termos de compromisso e instrumentos similares celebrados pela Fundação Nacional de Saúde, bem como os resultados de suas análises;

X - propor a abertura de Tomada de Contas Especial, nos casos de inadimplência decorrente de ausência de prestação de contas e de não aprovação;

XI - coordenar e monitorar o processo de instrução para instauração de Tomada de Contas Especial de Convênios, termos de compromisso e instrumentos similares; e

XII - executar outras atividades determinadas pelo Chefe do Serviço de Convênios.

Art. 102. Ao Serviço de Saúde Ambiental compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de saúde ambiental, em consonância com as diretrizes definidas pelo Departamento de Saúde Ambiental;

II - monitorar e avaliar as atividades de educação em saúde ambiental realizadas por estados e municípios relativas às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano provenientes de abastecimento público ou solução alternativa conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

IV - coordenar e executar ações supletivas e complementares de saúde e saneamento ambiental, em situações de risco à saúde de populações vulneráveis, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública;

V - coordenar e executar projetos e ações estratégicas de saúde ambiental, em conjunto com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; e

VI - coordenar, monitorar e avaliar as ações de educação em saúde ambiental e apoio ao controle da qualidade da água realizado em comunidades especiais.

Art. 103. À Seção de Educação em Saúde Ambiental compete:

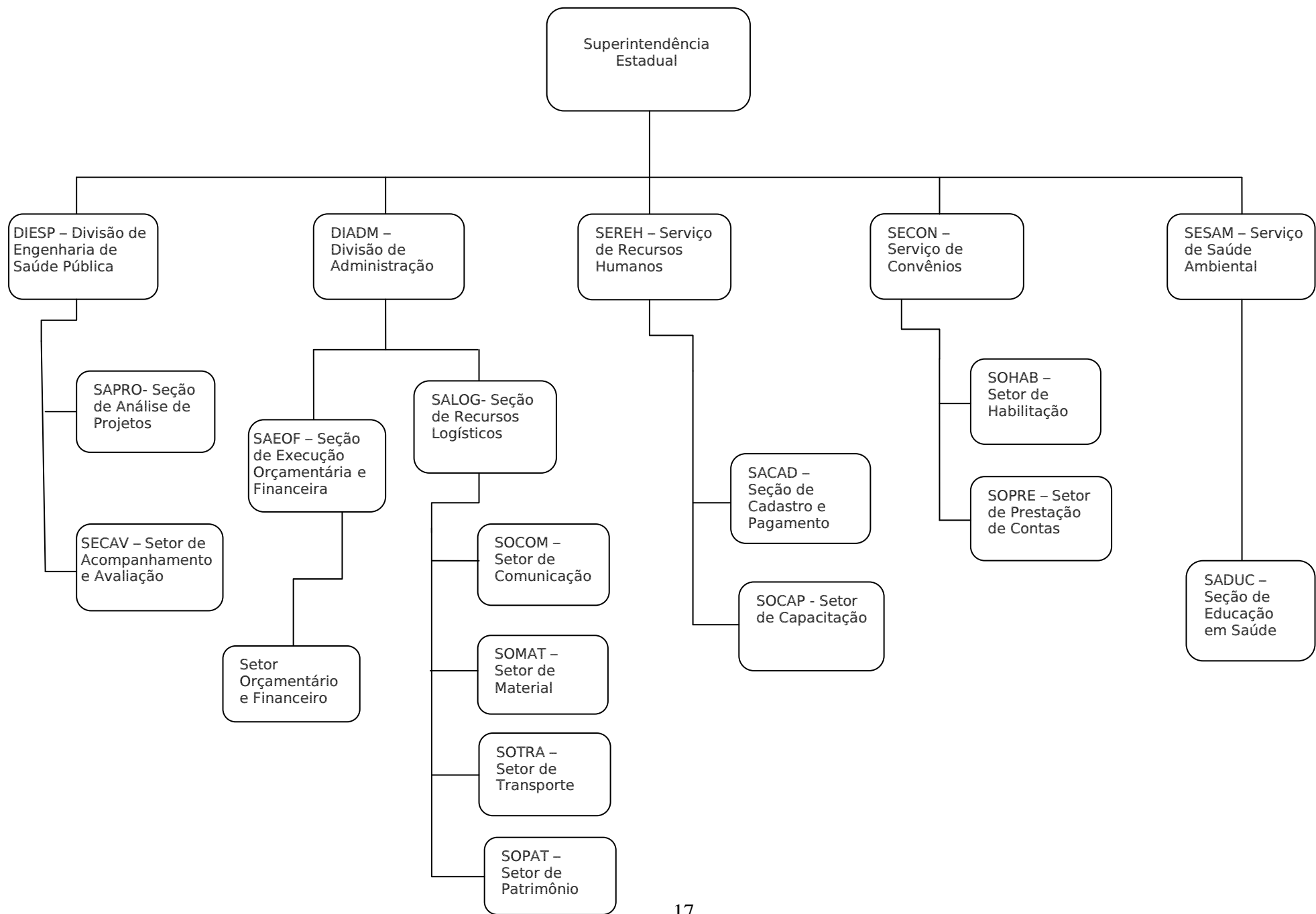
I - executar atividades de educação em saúde ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Educação em Saúde Ambiental;

II - analisar, acompanhar, avaliar e emitir parecer sobre projetos de educação em saúde ambiental, a serem implementados pelos estados e municípios, relativos às ações de saúde ambiental e saneamento básico fomentadas pela Fundação Nacional de Saúde;

III - apoiar a execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades, em situação de risco à saúde; e

IV - atuar de forma integrada com os demais setores da Superintendência Estadual nas ações de sua abrangência.

A estrutura organizacional da Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo está representada no organograma que se segue:



1.4 Macroprocessos Finalísticos

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

1.5 Macroprocessos de Apoio

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

1.6 Principais Parceiros

No desenvolvimento do macroprocesso finalístico **Saúde Ambiental** foram mantidas articulações com as seguintes instituições parceiras:

- Centro de Vigilância Sanitária do Estado de SP (CVS/SES-SP)

A aproximação com a Coordenação de Saúde Ambiental do CVS ocorreu por meio de reuniões realizadas no 2º semestre de 2012 com a proposta de estabelecer um trabalho conjunto destinado aos municípios do estado de São Paulo que apresentam dificuldades nas ações de controle e monitoramento da qualidade da água para consumo humano. Para tanto, etapas de trabalho foram programadas para serem desenvolvidas em 2013, a saber: a) definição dos indicadores que serão utilizados para seleção dos municípios prioritários; b) discussão sobre as formas de atuação de cada instituição; c) consolidação de um plano de trabalho conjunto (CVS e Funasa) para os municípios selecionados; d) execução do plano de trabalho e do plano de amostragem definidos.

- Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas:

A equipe composta por técnicos da URCQA/SP e da Diesp/SP forneceu todo o apoio necessário ao processo referente à construção do Centro de Referência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, fruto do TC/PAC 0973/2009.

O Termo de Compromisso (TC/PAC nº 0973/2009) firmado entre o município de Amparo/SP e a Funasa tem como objeto fomentar a construção do centro de referência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA), que consiste na sede administrativa e nos laboratórios para análise da qualidade da água e análise de efluentes. Este centro de referência será construído em Amparo-SP e deverá ser gerido pelo CISBRA, de modo a beneficiar os doze municípios já consorciados. A previsão para o ano de 2013 é que este número de municípios consorciados aumente.

Ao longo do ano de 2012, inúmeras reuniões entre a equipe da URCQA/SP, DIESP/SP e o Grupo Executivo de Implantação do Consórcio foram realizadas para o acompanhamento e suporte técnico necessário. Em 19/12/2012, o TC/PAC nº 0973/2009 foi aprovado, prevendo o repasse de recursos de forma parcelada, conforme pactuado entre as partes.

- COVISA

Durante o 1º semestre de 2012 foram agendadas reuniões com a Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa) do município de São Paulo para discutir e preparar um treinamento específico destinado aos técnicos de nível médio e superior das Supervisões de Vigilância em Saúde (SUV), nas metodologias de coleta e preservação de amostras de água para consumo humano. No entanto, as atividades foram paralisadas temporariamente, a pedido da Covisa, que vem passando por mudanças em sua gestão.

- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP)

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP solicitou auxílio desta Superintendência Estadual para realizar o apoio ao controle da qualidade da água nos poços

profundos que abastecem os assentamentos rurais acompanhados pelo Itesp. A URCQA-SP, por sua vez, solicitou informações complementares para conhecer as reais condições dos sistemas e soluções alternativas coletivas que abastecem estes assentamentos, além de informações sobre a qualidade da água distribuída. Desta forma, pretende-se compreender as reais necessidades de abastecimento destas comunidades para propor ações conjuntas. A análise dos dados, a consolidação de um diagnóstico situacional e a execução das ações em conjunto com o Itesp são as etapas previstas para serem desenvolvidas ao longo do ano de 2013.

- Prefeituras Municipais

Os municípios paulistas que possuem ações de saneamento básico do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tiveram a participação de técnicos da área de educação em saúde ambiental em reuniões de Planejamento promovidas pelos gestores municipais cujo objetivo alcançado foi a elaboração e a realização de Planos de Ações de Educação em Saúde Ambiental voltados às populações beneficiadas com as obras implantadas.

- CGU

Com o objetivo de aproximar e estreitar relação com o órgão de controle foi realizada reunião na sede da Funasa de São Paulo quando foram abordados o diagnóstico da situação dos convênios; atuação das instituições na fiscalização de convênios e acompanhamento dos recursos repassados aos municípios e a sustentabilidade das obras de saneamento por meio de ações de educação em saúde ambiental voltadas as populações beneficiadas com os empreendimentos. Os representantes da CGU avaliaram positivamente a reunião, pois a visita *in loco* é um dos modos mais efetivos de verificar se a política pública sendo implementada e seus resultados.

PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O processo de planejamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) iniciou-se com a revisão do referencial estratégico, a partir da definição da sua nova missão, visão e valores, considerando os pontos fortes e fracos dentro do horizonte estabelecido. Passando em seguida pela etapa de elaboração e pactuação do plano de ação tendo sido definido como ferramenta tecnológica de gestão, o MS Project (aplicativo voltado para o gerenciamento de projetos, onde se pode planejar, implementar e acompanhar as ações).

O MS Project foi utilizado para o planejamento, a implementação e o acompanhamento das ações pactuadas em todos os níveis (Presidência e Superintendência), que se deu de forma colegiada, possibilitando a reflexão quanto ao alcance dos resultados pretendidos, considerando a factibilidade dos prazos. O caráter dinâmico de todo o processo de planejamento pressupõe o estabelecimento de novas estratégias, subsidiando a tomada de decisão tempestiva quanto à necessidade de novas intervenções ou medidas.

O processo de Planejamento consistiu na pactuação de um conjunto de medidas (Ações e Atividades), registradas no MS Project, consideradas indispensáveis ao enfrentamento das dificuldades reconhecidas pela instituição e, simultaneamente, daquelas suficientes para o alcance dos resultados almejados; sobretudo aqueles que guardam correspondência com as políticas públicas, planos, programas, objetivos e metas governamentais de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde.

Na primeira etapa deste processo, houve a definição das estratégias e diretrizes gerais do Plano de Ação realizada durante reuniões agendadas especificamente para este fim (reunião de diretoria e reunião de diretoria ampliada). Definidas as estratégias e diretrizes gerais, cada diretoria consolidou no MS Project, as ações necessárias que lhes competem executar, levando-se em consideração atividades, tempo e recursos (humanos, logísticos e orçamentários).

Em um segundo momento as diretorias identificaram no conjunto de ações e tarefas registradas no MS Project, aquelas que são de competência e responsabilidade das Superintendências Estaduais (SUEST) e que, portanto, deverão ser objeto de desdobramento nos Planos de Ação da Suest.

Após esta etapa, as ações e tarefas são apresentadas em reunião de diretoria, no MS Project, para socialização das informações, pactuação de prazos e demais considerações pertinentes.

Por fim, após o nivelamento em reunião de diretoria, as ações e tarefas, registradas no MS Project, foram apresentadas em reunião de planejamento, com a participação das áreas técnicas da Presidência e das Superintendências Estaduais (SUEST), para pactuação e deliberação quanto aos possíveis desdobramentos, responsáveis e prazos no nível das Superintendências

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A seguir estão relacionados os objetivos estratégicos da Fundação Nacional de Saúde, acompanhados da estratégia de atuação adotada pela Superintendência Estadual de São Paulo:

1 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde – Para o alcance desse objetivo, as metas estabelecidas pela Funasa não tiveram aplicação na Superintendência Estadual de São Paulo.

2 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país – A meta estabelecida para instituição foi a construção de Cisternas. Esta meta foi aplicada apenas aos municípios da região do semiárido, portanto, não repercutiu na Superintendência Estadual de São Paulo.

3 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo à gestão consorciada dos serviços e à inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis – Para esse objetivo está definida meta de fomento e fortalecimento de cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem. Em 2012, a Superintendência Estadual de São Paulo atuou na análise e aprovação de 16 projetos de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Para o alcance da meta prevista foi desenvolvido um Plano de Trabalho por técnicos da Funasa com o objetivo de orientar as associações e cooperativas sobre a forma adequada de apresentar os pleitos e a prestação de contas dos recursos aplicados. Principal risco para o alcance desse objetivo: Não aprovação de projetos por falta de solução de pendências. Para mitigar o risco previsto foi desenvolvido um plano de trabalho e realizada reunião na sede da Funasa/Suest-SP com a participação dos representantes de associações e cooperativas de catadores - que firmaram convênio com esta UJ - com a finalidade de sanar pendências e dar celeridade à aprovação de projetos e, conseqüentemente, à liberação dos recursos.

4 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços. - Para atuar nesta frente, foi definida como meta a implantação de obras de saneamento em comunidades rurais, tradicionais e especiais. Contudo, em 2012 não houve intervenções em saneamento previstas para serem executadas nessas comunidades para o Estado de São Paulo, pois não havia projetos de engenharia específicos. Como estratégia de atuação frente a estas comunidades, priorizou-se a contratação de empresa para a elaboração de projeto, para posterior execução. Neste contexto, a empresa Zafer Engenharia e Construções foi contratada

através do Edital nº 23/2011 para a elaboração de estudos, diagnósticos e projeto de engenharia para seis comunidades quilombolas do município de Eldorado-SP.

Com relação a outras comunidades rurais, deve-se destacar que grande parte dos termos de compromisso do PAC, referente à sua primeira etapa de execução, encontravam-se estagnados devido à dificuldade encontrada pelas prefeituras municipais em providenciar projetos com condições de aprovação pela FUNASA. Assim, priorizou-se, enquanto estratégia de atuação, orientar tecnicamente os municípios, para que estes concluíssem os respectivos projetos e as análises técnicas pudessem ser finalizadas ainda em 2012. Deste modo, todos os TC/PAC de 2007 a 2010 pendentes e que se referiam a intervenções em comunidades rurais tiveram suas análises técnicas finalizadas no exercício de 2012.

5 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Para o alcance desse objetivo, as áreas de **Saúde Ambiental e de Engenharia de Saúde Pública**, mediante o estabelecimento das metas:

- Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental, e
- Apoiar municípios e comunidades com ações de controle da qualidade da água na gestão e estruturação dos serviços de saneamento foram implementadas as seguintes medidas:

Entre as medidas estruturantes desempenhadas pela Unidade Regional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água - responsável pela execução das metas relativas ao apoio a municípios e comunidades com ações de controle da qualidade da água - no sentido de promover a gestão em saneamento básico ao longo do ano de 2012, destaca-se o trabalho desenvolvido com os 12 municípios consorciados participantes do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas e as atividades desenvolvidas durante o “I Simulado prático da FUNASA para avaliação de procedimentos e recursos no atendimento aos desastres associados às inundações na região sudeste”, realizado em Bom Jesus de Itabapoana, Rio de Janeiro.

Para a execução do Termo de Compromisso - TC/PAC nº 0973/2009 firmado entre a Funasa e o município de Amparo, visando a construção do Centro de Referência que atenderá o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA) foram programadas as seguintes ações:

- Orientar a condução dos trabalhos disponibilizando suporte técnico ao proponente quanto às informações necessárias para o andamento do processo;
- Definir o fluxo de trabalho e alocação de equipamentos nos laboratórios para a análise de água e efluente;
- Realizar visitas técnicas e reuniões para o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo grupo executivo de implantação do consórcio; e
- Analisar a documentação encaminhada pelo grupo gestor do CISBRA com vistas à aprovação do TC.

O principal risco para o alcance desse objetivo: Não atendimento ou de solução de pendências pela CISBRA no prazo de vigência do convênio. Para mitigar o risco previsto foi disponibilizado suporte técnico ao grupo executivo do consórcio para análise da documentação e acompanhamento para solucionar as pendências apresentadas.

Fatores limitadores internos:

- Falta de instrumento formalizado pela Funasa indicando as diretrizes mínimas para a elaboração do Projeto Básico, documento esse requisitado no Termo de Compromisso elaborado pela própria Instituição para liberação de recurso.

- A listagem de equipamentos relacionada no anteprojeto arquitetônico não corresponde ao tipo de complexidade acordado, nem com o valor pactuado; tornando o processo de análise mais moroso por necessidade de revisão de etapas que já deveriam estar consolidadas.
- A necessidade de construir diretrizes claras para orientação de técnicos quanto à análise dos equipamentos vinculados a cada nível de complexidade laboratorial.

Para o apoio aos municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental foram implementadas reuniões de Planejamento com gestores e técnicos municipais para a elaboração de Planos Locais de Educação em Saúde Ambiental, com o objetivo de garantir ações de sustentabilidade dos investimentos em saneamento ambiental do Programa de Aceleração do Crescimento.

Estratégias de ação:

- Sensibilização dos gestores sobre a importância da realização do Plano de Educação em Saúde Ambiental, para a sustentabilidade das ações de saneamento básico;
- Reflexão junto com os técnicos das áreas municipais as ações integradas que podem ser desenvolvidas junto aos beneficiados com as obras;
- Identificação e análise dos temas pertinentes e os materiais pedagógicos mais adequados a serem aplicados nas ações sócioeducativas;
- Busca de parcerias no âmbito municipal, setor privado e entre outros para apoiar a realização das ações do plano;
- Orientação aos técnicos sobre o preenchimento do formulário do plano;
- Troca de experiências entre os técnicos das diversas áreas municipais.

O Principal risco para o alcance desse objetivo: Ações de saneamento básico executadas não acompanhadas de ações educativas e sem participação / envolvimento das populações beneficiadas, além do desinteresse de gestores em realizar investimentos em projetos de longo prazo estando em período de eleições municipais. Para mitigar o risco previsto foram propostas reuniões a se realizar na sede dos municípios que tiveram ações de saneamento básico iniciadas / em execução no exercício. Contudo, o resultado em planos executados está abaixo da meta prevista.

Fatores limitadores internos:

- Necessidade de ampliar o quadro de técnicos da área de educação em saúde ambiental para que seja possível uma programação mais abrangente em quantidade de municípios apoiados.
- Necessidade de criar um instrumento mais eficaz para fazer cumprir diretrizes e condições específicas determinadas aos municípios em convênios.

6 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza. Com vistas a cumprir com os objetivos e metas estabelecidos, definiu-se como estratégia a capacitação de técnicos dos municípios, cooperativas e associações de catadores que possuem convênios e termos de compromisso formalizados com a FUNASA. Para tanto, foram desenvolvidos eventos com palestras e atendimentos técnicos junto aos convenentes, sobretudo com relação aos projetos dos anos de 2010, 2011 e 2012, que se referiam a Sistemas de Resíduos Sólidos, Apoio à Catadores e PAC 2. Esta estratégia baseou-se, inicialmente, na orientação das equipes técnicas dos proponentes e, em seguida, em uma força tarefa para a aprovação dos referidos projetos.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ação

O processo de planejamento, por competência institucional, está localizado no nível central da instituição, e conta, sempre que necessário, com a participação de representações das suas esferas estaduais. Conforme é de conhecimento foram definidos os seguintes componentes que conformam o arco do processo, desde a sua planificação até a sua avaliação: elaboração do referencial estratégico contemplando a missão institucional, visão de futuro e valores. Com relação aos objetivos estratégicos, estes foram definidos em conformidade com os órgãos de interesses convergentes, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual de Governo para o período de 2012 a 2015.

As metas trabalhadas foram estabelecidas pela própria instituição, e se encontram também elencadas no Plano Plurianual de Governo, do mesmo período. Os movimentos de monitoramento e avaliação, em nível interno, ainda não estão sistematizados, embora já se tenha elaborado uma planilha de indicadores de gestão - que auxiliam no processo de monitoramento - e de desempenho institucional, que são utilizados quando do processo de avaliação institucional.

A título de ratificação, a ligação do processo de planejamento com o Plano Plurianual e seus componentes é de competência da Presidência da instituição. Por tudo isso, depreende-se que a Superintendência Estadual, por ser uma unidade descentralizada da estrutura central, não tem um processo de planejamento autônomo, desvinculado do da presidência. Em outras palavras, as macrodecisões sobre em que bases planejar, bem assim a escolha de demais critérios que norteiam a feitura desses documentos são de responsabilidade da presidência da instituição, e acontecem no seu espaço de atuação.

Com relação a plano de trabalho, no ano de 2012, foi instituído para as Superintendências Estaduais, um plano de ação, baseado na ferramenta MS-Project, com atributos de abrangência nacional e estadual, expressos por projetos, ações, subações, tarefas, responsáveis, e prazo de execução, em correlação com as metas e objetivos estratégicos definidos no plano estratégico da instituição, numa escala ascendente.

As Superintendências, portanto, ao executarem o seu plano de trabalho, contribuem para o alcance, em primeiro lugar, das metas estabelecidas pela instituição, e, por conseqüência, com os objetivos estratégicos estabelecidos. Esse é o nível de atuação das Superintendências, no espectro do processo de planejamento estratégico desenvolvido pela Fundação

2.4 Indicadores

A Funasa, ao longo da atual gestão, num processo de planejamento ampliado, ao final do exercício de 2012, consolidou uma matriz de Indicadores para a Avaliação de Desempenho, à integrar o Plano Estratégico institucional, assim como a Missão e os Objetivos Estratégicos; matriz esta que se apresenta abaixo, no que compete às atividades desta Superintendência, dividida por áreas:

Tabela 3 – Indicadores para a Avaliação de Desempenho da FUNASA – Eixo: Engenharia de Saúde Pública
INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO
Percentual de cisterna concluídas (Execução direta) Só para as que tem cisternas	Identificar o percentual de cisternas concluídas	$\frac{\text{Número de cisternas concluídas}}{\text{Número de cisternas programadas}} \times 100$		Eficácia	Relatório Densp	Relatório de Execução	Densp	Alcançar 100% de cisternas concluídas	Não há esta ação na Diesp SP
Percentual de comunidades com obras de SAA (Saneamento Rural) contratadas (TC celebrados)	Aferir o número de comunidades com obras de SAA contratadas	$\frac{\text{Número de comunidades com obras contratadas}}{\text{Número de comunidades com obras programadas}} \times 100$		Eficiência	Sigob, Relatório Densp	Relatório de Execução	Densp	Contratar 100% das obras programadas	Não houve esta ação na Diesp SP
Percentual de SAA simplificados concluídos	Aferir o número de SAA simplificados concluídos	$\frac{\text{Número de obras concluídas}}{\text{Número de instrumentos celebrados}} \times 100$		Eficácia	Sigob	Relatório de Execução	Densp	Alcançar 100% de SAA simplificados concluídos	Não houve esta ação na Diesp SP
Percentual de municípios com apoio à gestão (Presi e Suest)	Aferir a capacidade de apoio à gestão dos municípios programados	$\frac{\text{Número de municípios apoiados}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{26}{30} \times 100 =$	Eficácia	Relatório Densp	Relatório de Execução	Densp	Alcançar 100% dos municípios programados	86,7%
Percentual de Resíduos Sólidos concluídos (Presi e Suest)	Aferir o número de obras de resíduos sólidos concluídos	$\frac{\text{Número de obras concluídas}}{\text{Número de instrumentos celebrados}} \times 100$	$\frac{26}{159} \times 100 =$	Eficácia	Sigob	Relatório de Execução	Densp	Alcançar 100% de obras de Resíduos Sólidos concluídas	16,4%
1- Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010 (Presi e Suest)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{Número de TC com obras de SAA em execução/concluídas}}{\text{Número de TC celebrados (considerar os vigentes)}} \times 100$	$\frac{2}{12} \times 100 =$	Eficácia	Balanço do PAC, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de Engenharia das SUEST	Densp/	SUEST	16,7%
		$\frac{\text{Número de TC com projetos de SAA aprovados}}{\text{Número de TC celebrados (considerar os vigentes)}} \times 100$	$\frac{12}{12} \times 100 =$	Eficácia	Balanço do PAC, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de Engenharia das SUEST	Densp/	SUEST	100,0%

INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO										
2- Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC Acumulado - 2007 a 2010 (Presi e Suest)	Medir a execução física das obras do PAC	Número de TC com obras de SES em execução/concluídas x 100	$\frac{2}{5} \times 100 =$	Eficácia	Balanço do PAC, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de Engenharia das	Densp / SUEST		40,0%										
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)																	
		Número de TC com projetos de SES aprovados x 100	$\frac{5}{5} \times 100 =$	Eficácia					Balanço do PAC I, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de	Densp / SUEST		100,0%						
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)																	
3- Percentual de Comunidades remanescentes de quilombos com SAA implantado com recursos do PAC 1. Destacar também assentamentos. Ver execução direta e transferências (Presi e Suest)	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com ações de saneamento	Número de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado x 100		Eficácia	Relatório consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento Programa	Planilha de acompanhamento Visita de acompanhamento	Densp / SUEST						Não houve esta ação na Diesp SP						
		Total de comunidades remanescentes de quilombo contratadas nos 4 anos do PAC																	
4- Percentual de domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC I e PAC II em separado (vigentes) (Presi e Suest)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas PAC I	Número de domicílios com MSD implantado x 100	$\frac{306}{583} \times 100 =$	Eficácia	Balanço do PAC I, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de Engenharia das SUEST	Densp / SUEST		52,5%										
		Número de domicílios programados nos 4 anos do PAC																	
		Número de TC com obras de MSD em execução/concluídas x 100	$\frac{8}{8} \times 100 =$											100,0%					
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)																	
		Número de TC com projetos de MSD aprovados x 100	$\frac{8}{8} \times 100 =$																100,0%
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)																	

INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO
4- Percentual de domicílios com melhorias sanitárias domiciliares implantadas com recursos do PAC I e PAC II em separado (vigentes) (Presi e Suest)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas PAC II	Número de domicílios com MSD implantado x 100	$\frac{0}{277} \times 100 =$	Eficácia	Balanço do PAC II, Sigesan, Siscon SUEST	Relatórios do Sigesan, informações das Divisões de Engenharia das SUEST	Densp / SUEST		0,0%
		Número de TC com obras de MSD em execução/concluídas x 100	$\frac{3}{5} \times 100 =$						60,0%
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)	5						
		Número de TC com projetos de MSD aprovados x 100	$\frac{3}{5} \times 100 =$						60,0%
		Número de TC celebrados (considerar os vigentes)	5						
Percentual de obras iniciadas (Suest)	Conhecer o percentual de obras iniciadas, financiadas com recursos da Funasa	Número de obras iniciadas no período de 2006 a 2012 x 100	$\frac{52}{175} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp		29,7%
Percentual de obras concluídas (Suest)	Conhecer o percentual de obras concluídas, financiadas com recursos da Funasa	Número de obras concluídas no período de 2006 a 2012 x 100	$\frac{48}{175} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp		27,4%
Percentual de Relatórios de acompanhamento com aprovação (Presi e Suest) exercícios 2011 e 2012	Conhecer o percentual de aprovação dos relatórios analisados	Número de Relatórios R2 + R3 aprovados x 100	$\frac{39}{49} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Dados coletados considerando os R2 e R3 produzidos nos exercícios de 2011 e 2012	79,6%
		Número de Relatórios R2 + R3 produzidos	49						

INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTES	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO
Percentual de projetos em Áreas Rurais contratados (não será realizado em 2012) Suest	Aferir o percentual de projetos contratados para áreas especiais	$\frac{\text{Número de projetos contratados}}{\text{Número de projetos programados}} \times 100$		Eficácia	Relatório do Densp	Relatório de execução	Densp		Não houve esta ação na Diesp SP
Percentual de cisternas (execução TCPAC concluídas) (Suest)	Conhecer o percentual de obras concluídas financiadas com recursos da Funasa	$\frac{\text{Número de cisternas concluídas}}{\text{Número de cisternas programadas - Execução indireta TCPAC}} \times 100$		Eficácia	Sigob	Relatório mensal extraído do Sigob	Densp		Não há esta ação na Diesp SP
Percentual de projetos aprovados (Suest) GERAL	Conhecer o percentual de instrumentos celebrados com projetos aprovados	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{210}{343} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	61,2%
Percentual de projetos aprovados (Suest) PAC I e II	PAC GERAL	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{70}{132} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	53,0%
	PAC SAA	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{24}{40} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	60,0%
	PAC SES	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{15}{24} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	62,5%

INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO
Percentual de projetos aprovados (Suest) PAC I e II	PAC MSD	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{11}{28} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	39,3%
	CATADORES	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{20}{40} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	50,0%
Percentual de projetos aprovados (Suest) CV e EP	CONVÊNIOS GERAL	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{140}{211} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	66,4%
	CV SAA	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{17}{22} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	77,3%
	CV SES	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{9}{13} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	69,2%

INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

INDICADOR	FINALIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	MEMÓRIA DE CÁLCULO	TIPO	FONTE	MÉTODO DE AFERIÇÃO	ÁREA RESP.	META DO INDICADOR	RESULTADO
Percentual de projetos aprovados (Suest) CV e EP	CV MSD	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{14}{14} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	100,0%
	CV RESÍDUOS	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{74}{132} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	56,1%
	CV PMSB	$\frac{\text{Número de projetos aprovados no período de 2006 a 2012}}{\text{Número de instrumentos celebrados no período de 2006 a 2012}} \times 100$	$\frac{26}{30} \times 100 =$	Eficácia	Sigob e Sigesan	Relatório mensal extraído do Sigob e Sigesan	Densp	Classificado por tipo (PAC, CV e EP) e por componente (SAA, SES, MSD e Resíduos)	86,7%

Tabela 4 – Indicadores para a Avaliação de Desempenho da FUNASA – Eixo: Saúde Ambiental

**INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: SAÚDE AMBIENTAL**

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador	Resultado
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental. (2013)	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$		Eficiência	Sigob e Siconv	Siconv	Coesa/Desam	Alcançar 100% dos municípios apoiados	
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental. (2012)	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	NÃO PROGRAMADAS EM 2012.	Eficiência	Relatório consolidado da Coesa	Relatório de atividades das Saduc/Sesam	Coesa/Desam	Atender 100% (73) comunidades especiais com ações de educação em saúde ambiental.	
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA). (2012)	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	NÃO PROGRAMADO EM 2012.	Eficiência	Sistema de monitoramento e-CAR	Relatório de atividades dos URCQA/SESAM.	Cocag/Desam	100% de municípios com técnicos capacitados em CQA.	
Percentual de municípios com amostras de água analisadas. (2012)	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	NÃO PROGRAMADO EM 2012	Eficiência	Relatório consolidado da Cocag/Desam	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	100% municípios programados com amostras de água analisadas.	

Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados. (2012)	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados.	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$		Eficiência	Relatório consolidado da Cocag	Relatório de atividades dos SESAM	Cocag/Desam	Realizar 100% exames programados de qualidade da água de comunidades especiais.	
Percentual de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT com diagnóstico de remediação realizado. (2013)	Aferir o percentual de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT com diagnóstico de remediação realizado.	$\frac{\text{Número de áreas com diagnóstico de remediação realizado}}{\text{Número de áreas potencialmente suspeitas de contaminação por DDT}} \times 100$		Eficiência	Relatório consolidado instrumentos de campo	Instrumentos de campo	Desam	100% (126) áreas com diagnóstico de remediação realizado.	

Saúde Ambiental:

Considerando o processo de estruturação e consolidação de competências no ano de 2012, a área da Saúde Ambiental terá seus indicadores de desempenho apurados a partir de 2013, quando os processos de trabalho já alinhados aos objetivos estratégicos terão seus resultados avaliados.

Tabela 5 – Indicadores para a Avaliação de Desempenho da FUNASA – Eixo: Administração

**Indicadores para a Avaliação de Desempenho da Funasa
Eixo: Administração**

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área responsável	Meta do Indicador	Resultado
Percentual de Instrumentos instruídos para pagamento de 1ª parcela.	Aferir a capacidade de instrução de instrumentos para liberação de recursos	$\frac{\text{Número de Instrumentos instruídos para pagamento de 1ª Parcela}}{\text{Nº de Projetos Aprovados}} \times 100$		Eficiência	Siscon, Sigob, Siconv	Relatório mensal extraído do Siscon, Sigob, Siconv	Deadm	Alcançar 100% de instrução de instrumentos	
Percentual de Instrumento com instrução para liberação de recursos. (Qualificar por tipo de instrumento)	Aferir a capacidade de instrução de instrumentos para liberação de recursos	$\frac{\text{Número de Instrumentos instruídos para pagamento}}{\text{Número de Relatórios de obras Aprovados}} \times 100$	$\frac{61}{53} \times 100 =$	Eficiência	Siscon, Sigob, Sigesan, Siconv	Relatório mensal extraído do Siscon, Sigob, Sigesan Siconv	Cgcon/Deadm	Alcançar 100% de instrução de instrumentos	115.09
Percentual de conclusão de análise de prestação de contas	Aferir a capacidade de análise de prestação de contas	$\frac{\text{Número de prestação de contas analisadas e concluídas}}{\text{Nº de prestação de contas que deram entrada}} \times 100$	$\frac{63}{53} \times 100 =$	Eficiência	Siafi	Relatório mensal extraído do Siafi	Cgcon/Deadm	Alcançar 100% de análise de prestação de contas	118.86
Percentual de pagamento de convênios celebrados.	Medir a capacidade de pagamento de 1ª parcela dos convênios celebrados	$\frac{\text{Montante em R\$ de 1ª parcela pagos}}{\text{Montante em R\$ previstos para 1ª parcela}} \times 100$		Eficiência	Siafi	Relatório mensal extraído do Siafi	Deadm	Pagar 100% do montante previsto para 1ª parcela	

Tabela 6 – Indicadores para a Avaliação de Desempenho da FUNASA – Eixo: Administração/Recursos Humanos

**INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA FUNASA
EIXO: ADMINISTRAÇÃO / RECURSOS HUMANOS**

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Resposns.	Meta do Indicador	Resultado
9 - Percentual de servidores capacitados	Medir o número de servidores capacitados em relação a Força de Trabalho	$\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Força de Trabalho}} \times 100$	$\frac{45}{72} \times 100$	Eficácia	Planilha Coder/Cgerh Siape DW	Consulta planilha Coder/Cgerh Extração Siapenet	Coder/Cgerh/Deadm	Capacitar 100% da força de trabalho da Suest.	62,5%

Fonte: Coder/Cgerh/Deadm/Funasa

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica:</p> <p>O corpo de gestores da Suest-SP avaliou positivamente os quesitos do “Ambiente de Controle”, observando que o item 4 é totalmente válido em razão do Decreto 1171/94 que instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Cumpre informar que já se encontra em andamento no planejamento 2013 processo de formulação e atualização dos manuais de procedimentos existentes.</p> <p>Por sua vez, na “Avaliação de Risco” não fora observada melhora na identificação dos processos críticos, em razão da ainda incipiente formalização de metodologia que a torne prática de forma contínua. No entanto, é totalmente válida a formalização dos objetivos e metas para a UJ, bem como a não ocorrência de fraudes e perdas que pudessem ter origem sob fragilidade dos processos internos.</p> <p>Quanto aos “Procedimentos de Controle”, mostram-se alinhados aos objetivos institucionais, perpassando por todos os níveis hierárquicos.</p> <p>Em relação à “Informação e Comunicação”, há que se pontuar a eficiência da divulgação das informações pelo alcance em todos os níveis hierárquicos.</p> <p>Por último, quanto ao sistema de “Monitoramento”, é considerado adequado na visão do corpo de gestores, sendo suficientes suas contribuições para impulsionar o bom desempenho da UJ.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Cumpre informar que a metodologia adotada para o preenchimento do quadro acima consistiu em realização de reunião dos gestores, ocorrida em 07/02/2013, na qual foram discutidas pontualmente todas as afirmativas.

3.4 Sistema de Correição

A UJ possui servidores capacitados para desenvolver qualquer atividade correcional com exceção da sindicância patrimonial e que existe suporte logístico (sala reservada, material de expediente e suporte financeiro e locomoção) para o desenvolvimento eficaz dos trabalhos disciplinares e/ou investigativos. Todavia o número de servidores treinados ainda é baixo, considerando a dimensão da organização funcional da Funasa. Contudo ao longo do 2º semestre de 2012 foi oportunizada a capacitação em PAD e Sindicância a dois servidores da Superintendência, oferecida pela Corregedoria da Funasa/Presidência, com carga horária de 40h.

A UJ tem a competência de instauração das atividades correcionais com fulcro no art. 1º da Portaria nº.229/2012 e a responsabilidade de garantir às comissões a estrutura e suporte necessário para o desenvolvimento dos trabalhos com base no art. 13 da Ordem de Serviço nº. 01/2012, ambos dispositivos da Funasa.

Os principais resultados de 2012 destacam-se: **1º**- Padronização dos atos de julgamentos das atividades correcionais instauradas, como efeito da centralização do julgamento pelo presidente da Funasa (art. 3º da Portaria nº. 229/2012); **2º**- Maior controle na instauração da atividade correcional na indicação preliminar pela Corregedoria da atividade mais adequada para apuração pela Superintendência Estadual, em decorrência da concentração de todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas identificadas nos Estados (parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 229/2012); **3º**- Atualização dos normativos e implementação dos procedimentos correcionais no âmbito da Fundação, e **4º**- Capacitação de servidores em processo administrativo disciplinar e sindicância;

Arcabouço Legal:

Lei 9.962, de 22/02/2000 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para empregado público;

Lei 9.784, de 29/01/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 09/12/1993 – Dispõe o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11/12/1990 – Regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Instrumento Normativo da Funasa:

Portaria nº 940, de 26/11/2012 – Dispõe do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Funasa;

Portaria nº 229, de 26/03/2012 – Delega competência para os superintendentes para instaurar atividades correcionais;

Portaria nº 653, de 06/12/1995 – Adotou o Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância da Funasa;

Ordem de Serviço nº 1, de 04/06/2012 – Dispõe sobre os procedimentos correcionais, formação e atuação de comissão no âmbito da Funasa.

Instrumento Normativo da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30/06/2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU – Estabelece o uso do sistema informativo CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30/05/2006 – Dispõe sobre a Investigação Preliminar;

Instrução Normativa CGU nº 12, de 01/11/2011 – Dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa CGU nº 04, de 17/02/2009 – Cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos disciplinares e investigativos estão sendo cadastrados no sistema informativo CGU-PAD, de forma centralizada pela Corregedoria da Funasa, na sede da presidência da Fundação em Brasília/DF. Atualmente, estão registrados no sistema CGU-PAD todos os processos instaurados no período do ano de 2010 até o ano de 2012.

Todavia os processos dos anos de 2006 até 2009 serão registrados pela UJ, após a regulamentação e capacitação do(s) servidor(es) identificado(s) para acompanhar o registro no Estado, enfatiza-se que essa capacitação relativa ao sistema informativo CGU-PAD ocorrerá sob a responsabilidade da Corregedoria da Funasa que oportunizará quando autorizada pela presidência do órgão. Contudo, as atividades correccionais instauradas no período de 2006 a 2009 foram informadas em relatórios de gestão de anos anteriores.

Todas as informações constantes no sistema informativo CGU-PAD são preservadas, quanto ao zelo, integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações na forma legal.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2012 – 2015, portanto o item 4.1 – Informações sobre Programas do PPA, NÃO SE APLICA A ESTA UJ.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de São Paulo	36211	255025

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.2.4 Análise Crítica

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	255000	255025	0927200890181	15.227,85		
		255000	255025	1012221152000			1.016.978,30
		255000	255025	10122211520Q8			101.267,88
		255000	255025	1012821154572			75.509,55
		255000	255025	10305201520T6			6.196,41
		255000	255025	10512206820AG			2.016,07
255000	255025	1054120686908			8.448,90		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	255000	255025	1012221152000	96.360,99	4.500.000,00	
		255000	255025	1051120687656	276.323,38		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI 2012

Análise crítica:

- Realização plena das programações resultante dos créditos orçamentários recebidos para despesas de Capital, incluindo Inversão Financeira no valor de R\$4.500.000,00, relativo à aquisição do imóvel sede da Superintendência Estadual de São Paulo;
- Quanto ao grupo de despesas correntes, comparativamente ao ano anterior houve uma redução significativa de 72% na movimentação devido à efetivação total da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde no exercício de 2011, resultando em diminuição das despesas executadas por esta Unidade Executora neste exercício;
- A implantação do SPGO – Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária a partir do exercício de 2011 trouxe significativa melhora no planejamento e na gestão orçamentária, provendo esta Unidade, bem como a Presidência da Funasa, com informações consistentes, coerentes e confiáveis.

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	899.739,21	2.854.149,08	867.932,87	2.789.843,42
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa	38.342,56	313.355,17	38.342,56	306.530,90

h) Inexigibilidade	122.147,86	378.756,32	122.147,86	376.239,03
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	2.508,69	2.296,74	2.508,69	2.296,74
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha	15.227,85	9.324,21	15.227,85	9.324,21
k) Diárias	139.246,96	142.802,73	139.246,96	142.802,73
5. Outros	4.543.537,35	61.266,02	4.543.537,35	61.206,49
6. Total (1+2+3+4+5)	5.760.750,48	3.761.950,27	5.728.944,14	3.688.243,52

Fonte: SIAFI 2012 e SIAFI 2011

Análise Crítica:

- Não houve contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras.
- Principais alterações nos montantes despendidos por modalidade de contratação comparativamente ao ano anterior:
 - a) Redução significativa em todas as modalidades de contratação se deduzido do total, a Inversão Financeira no valor de R\$4.500.000,00 em 2012, relativas à aquisição do imóvel sede da Superintendência Estadual de São Paulo. Redução significativa essa, em consequência da efetivação total da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde no exercício de 2011, resultando em diminuição das despesas executadas por esta UG neste exercício;
 - b) Aquisição do imóvel sede da Superintendência Estadual de São Paulo - Inversão Financeira efetivada por meio de processo de Dispensa de Licitação, porém, o valor encontra-se registrado na Modalidade Outros, em consequência de fatores sistêmicos surgidos no momento da emissão da Nota de Empenho no SIASG/SIAFI devido ao período de encerramento do exercício, impossibilitando o enquadramento do empenho em Dispensa.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Outros Benefícios Assistenciais - 08	15.227,85	9.324,21	15.227,85	9.324,21	-----	-----	15.227,85	9.324,21
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão-de-Obra – 37	377.175,18	1.995.514,21	338.811,46	1.861.797,93	38.363,72	133.716,28	338.811,46	1.829.370,46
Outros Servs.de 3ºs - PJ - 39	477.386,37	1.455.088,28	413.507,44	1.271.649,70	63.878,93	183.438,58	397.834,75	1.235.421,58
Materiais de Consumo - 30	149.866,27	416.066,57	95.126,78	228.731,68	54.739,49	187.334,89	78.993,13	225.855,43
Demais elementos do grupo – 14-33-36-47-92-93	205.989,29	437.725,27	202.505,54	368.762,78	3.483,75	68.962,49	202.505,54	366.642,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
Obras e Instalações – Op.Int.Orc. – 51	276.323,38	21.684,77	103.211,40	21.684,77	173.111,98	-----	103.211,40	21.684,77
Eq. Mat. Permanente – Op.Intra-Orc. – 52	96.360,99	245.876,12	92.360,01	-----	4.000,98	245.876,12	92.360,01	-----
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Aquisição de Imóveis – 61	4.500.000,00	-----	4.500.000,00	-----	-----	-----	4.500.000,00	-----
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:SIAFI 2012 e SIAFI 2011

4.2.4.2.3 Análise crítica

Análise Crítica:

- Não houve contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras.
- Redução significativa em todos os elementos de despesas em consequência da efetivação total da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde no exercício de 2011, resultando em diminuição das despesas executadas por esta UG Executora neste exercício;
- Inversão Financeira no valor de R\$4.500.000,00, em 2012, referente à aquisição de imóvel utilizado pela sede da Superintendência Estadual de São Paulo.

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00 e 21.219.22.00 nos Balancetes do exercício de 2011.

5.1.2 Análise Crítica

Prejudicado em razão da não ocorrência do item anterior

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	73.707,55	-----	68.483,32	5.224,23
2010	4.960,50	-----	-----	4.960,50
2009	37.440,08	-----	34.960,28	2.479,80
2008	3.750,00	535,80	3.214,20	-----
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	819.328,36	209.646,16	599.233,74	10.448,46
2010	117.667,79	117.351,44	316,35	-----
2009	218.335,37	142.179,71	76.155,66	-----
2008	2.040,00	2.040,00	-----	-----

Fonte: SIAFI 2012

5.2.2 Análise Crítica

- Cancelamentos de RP não Processados tendo em vista a validade de RP inscritos nos exercícios de 2007 a 2009 ter a validade expirada em 31/12/11. Aplicação do Decreto nº 7.418/2010 combinado com o Decreto nº 7.468/2011 e, regra geral do art.68 do Decreto 93.872/1986, conforme Memorando nº 024/DEADM de 04/06/2012;
- Os valores remanescentes em RP em 31/12/2012 representam em sua totalidade, contratos de serviços, os quais estão pendentes de liquidação e pagamento por conta de algumas etapas da execução, do acompanhamento ou, de documentação do serviço não ter sido completada a contento. A resolução completa dos valores remanescentes em RP requer a abertura de processo administrativo para cada contrato de serviço pendente, a fim de apurar as responsabilidades e as penalidades e, por fim determinar o destino dos saldos dos empenhos inscritos em RP. Essa etapa de apuração tem sido de extrema morosidade em consequência do número reduzido de servidores, principalmente na Administração, prejudicando a gestão de RP.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	48	08	
		Montante Repassado	12.278.352,43	2.857.575,31	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	04	02	
		Montante Repassado	439.330,89	847.151,66	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	32	6	
		Montante Repassado	4.404.415,20	1.364.426,38	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	38.696,00		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	23		
		Montante Repassado	9.771.171,59		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	23.696,00		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5		
		Montante Repassado	204.673,00		
Fonte:					

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			52	11
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	1	
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			234.000,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	50	03
			Quantidade Reprovada	03	
			Quantidade de TCE	04	
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	48		
Montante Repassado (R\$)			18.753.660,55		
2011	Quantidade de contas prestadas			38	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		26	
		Quantidade Reprovada		04	
		Quantidade de TCE		06	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		74	
		Montante repassado (R\$)		13.604.809,67	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			38	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		67	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		05	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		44	
Montante Repassado		8.410.424,79			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		17	
		Montante Repassado		1.312.050,63	
Fonte:					

5.3.6 Análise Crítica

• **Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplentes**

Resposta: Estão sendo instauradas as Tomadas de Contas Especiais referentes aos instrumentos abaixo:

Convênio Siafi 436819

Convênio Siafi 415637

Convênio Siafi 490351

• **Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere**

Resposta: As transferências são efetuadas pela Presidência desta Fundação.

• **Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos**

Resposta: Houve aumento considerável de transferências, principalmente no exercício de 2012. Pode-se dizer que esta evolução se deve à descentralização do acompanhamento dos instrumentos celebrados a partir da edição da portaria 1.104/2010, que possibilitou um melhor gerenciamento destes na fase de execução.

• **Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012**

Resposta: A Superintendência tem utilizado seu potencial de recursos humanos de que dispõe para acompanhar a execução dos projetos tanto física quanto formalmente, o que tem possibilitado maior agilidade na liberação das parcelas e melhor orientação dos convenientes e compromitentes.

• **Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares**

Resposta: Os municípios têm dado resposta mais imediata quando da cobrança das prestações de contas, mas ainda continuam com a necessidade de que sejam notificados e alertados quanto às consequências do “não prestar contas”; ou seja, há ocorrência de não cumprimento de ofício no prazo para prestar contas que lhes cabia observar.

• **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto**

Resposta: A Superintendência continua com um passivo considerável de prestações de contas com prazo para análise vencido, em razão da carência de servidores capacitados para o desempenho da função de analista. E, mesmo tendo recorrido a força tarefa como solução para a insuficiência de analistas, a restrição ao quantitativo de diárias por servidor impossibilitou a análise da totalidade dos passivos identificados no exercício.

• **Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados**

Resposta: Foram definidas como estrutura de controle a constante verificação nos sistemas, além do paralelo diálogo com a Divisão de Engenharia de Saúde Pública a fim de detectar alterações verificadas na situação das obras ou iminente término do prazo para prestação

de contas, ou mesmo término da vigência dos instrumentos, de forma a tornar possível a oportuna tomada de providências para liberação de parcelas, cobrança do envio da prestação de contas ou aditivção dos instrumentos. A Superintendência tem realizado a fiscalização *in loco* tão somente para satisfazer demandas geradas por fiscalização dos órgãos de controle.

• Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ

Resposta: As transferências de recursos federais garantem respeito à autonomia municipal constitucionalmente consagrada e possibilitam melhor aplicação do dinheiro público, vez que o governo municipal, por ser local, tem mais condições de aferir a real necessidade de sua população e organizá-la pontualmente, definindo as prioridades. De se ressaltar, contudo, que são precários meios de que a FUNASA dispõe para efetivamente aferir a repercussão dessas ações na melhora da qualidade de vida da população beneficiada e no desenvolvimento do município como um todo. Apenas o alcance da etapa útil, verificado pela Divisão de Engenharia de Saúde Pública, permite uma visualização desses resultados, de forma bastante abstrata.

Necessário constar os Convênios cujas prestações de contas foram APROVADOS COM RESSALVAS para as medidas que se fizerem necessárias, conforme tabela abaixo:

Tabela 7- Convênios Aprovados com Ressalva no Exercício de 2012

SIAFI	Município	Objeto	Motivo:
622781	Borebi	SRS	Deixou de apresentar os despachos de Adjudicação e Homologação da Licitação do Pregão 04/2010.
557771	Mairiporã	SRS	Plano de Trabalho aprovado para aquisição de 4 caminhões; o município adquiriu 5, sem contudo ter autorização da Funasa para a compra do 5º caminhão.
611017	Taquaral	SRS	Pagamento fora da vigência do Convênio.
558033	Cunha	SAA	Não apresentação dos documentos da licitação para contratação da empresa Zenito Com. e Mat. de Construção Ltda; ausência dos extratos da conta de investimento.
730219	S. João de Iracema	SRS	Devolveu o saldo do recurso no valor de R\$ 5.000,92, á conta do ministério da Saúde.
632965	Irapuru	SAA	Não apresentou a Outorga para o uso dos Recursos Hídricos.
489331	Embu	SRS	Utilizou licitação em andamento para o objeto do Convênio.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	255025 – Superintendência Estadual de São Paulo	-----	1.118,15	1.390,54	2.508,69
UG 2					
UG 3					
UG n...					
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	----- -	1.118,15	1.390,54	2.508,69

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Esta UJ não utiliza conta deste tipo.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG:	255025 – Superintendência Estadual de São Paulo		Limite de Utilização da UG	R\$8.000,00/mês		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
SUSANA PRAT ESLAVA ZUMPARO	698.931.368-49	R\$1.500,00/mês	1.118,15	1.390,54	2.508,69	
Total Utilizado pela UG			1.118,15	1.390,54	2.508,69	
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:				
Total Utilizado pela UG						
Total Utilizado pela UJ			1.118,15	1.390,54	2.508,69	

Fonte: SIAFI 2012

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	----	-----	4	1.118,15	6	1.390,54	2.508,69
2011	----	-----	3	990,00	7	1.905,74	2.895,74
2010	----	-----	7	581,29	10	10.049,92	10.631,21

Fonte: SIAFI 2012 e SIAFI 2011

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PC Aguardando Análise	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PC em Análise	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
PC não Aprovadas	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
PC Aprovadas	----	----	----	----	----	----	4	2.508,69	4	2.895,74	9	10.631,21

Fonte: SIAFI 2012 e SIAFI 2011

5.4.1.6 Análise Crítica

- Não há utilização de Contas de Suprimento de Fundos Tipo “B” na SUEST-SP;
- Compras com suprimento de fundos em 2012 representou apenas 0,2% do total de gastos com custeio e foram utilizados para atender despesas emergenciais. As prestações de contas respectivas foram aprovadas sem restrições;
- Utilização de suprimento de fundos em conformidade com:
 - Portaria nº 877 de 20/06/06 da FUNASA;
 - Portaria nº 747 de 22/04/04 do Ministério da Saúde;
 - Manual do Cartão de Pagamento;
 - Manual SIAFI código 021121; e
 - Acórdão nº 1276/2008/TCU de 08/07/08.

- Controles estão implementados em todas as etapas do processo de utilização do suprimento de fundos, desde a sua origem na concessão até a aprovação da prestação de contas pelo ordenador de despesas e registro no Portal da Transparência no www.comprasnet.gov.br

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	83	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	83	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	79	3	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	4	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-		-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-		-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	3	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	2	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	88	3	1

Fonte:

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	17
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	14
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-

2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	17

Fonte:

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UI (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	7	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	4	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	2	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	17	3	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	24	3	3

Fonte:

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	4	10	22	22	3
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	4	9	21	22	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	1	1	-	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	3	8	9	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	3	1	1
2.3. Funções Gratificadas	3	1	5	8	-
3. Totais (1+2)	7	13	30	31	4

Fonte:

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	1	4	32	28	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	3	32	28	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	1	1	7	15	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	1	5	10	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	2	5	39	43	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	3.241.087,99	26.618,19	2.043.399,67	176.708,30	510.715,09	309.368,27	-	40.443,20	61.667,27	6.410.007,98
	2011	1.836.213,94	-	1.175.704,85	81.018,84	336.915,51	184.950,47	-	-	26.301,38	3.641.104,99
	2010	4.041.010,63	30.331,21	3.607.254,89	884.103,44	707.167,77	72.257,81	60.113,46	-	55.098,43	9.457.337,64
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	294.240,00	-	24.520,00	8.173,32	-	-	-	-	-	302.413,30
	2011	161.218,97	-	-	7.560,32	-	-	-	-	-	168.779,29
	2010	286.986,17	-	20.433,33	9.705,82	-	-	-	-	-	317.125,32
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	173.416,53	14.348,12	-	-	-	-	-	-	-	187.764,65
	2011	110.317,29	31.172,39	-	-	-	-	-	-	-	141.489,68
	2010	-	104.775,16	-	-	-	-	-	-	-	104.775,16
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	95.189,17	-	-	-	-	-	-	-	-	95.189,17
	2011	48.792,88	-	-	-	-	-	-	-	-	48.792,88
	2010	-	103.675,31	-	-	-	-	-	-	-	103.675,31

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	51	-
1.1 Voluntária	39	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	12	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	34	-
2.1 Voluntária	18	-
2.2 Compulsória	02	-
2.3 Invalidez Permanente	14	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	85	-

Fonte:

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	76	02
1.1. Integral	72	02
1.2. Proporcional	04	-
2. Em Atividade	43	-
3. Total (1+2)	119	02

Fonte:

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não existem controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos. A forma de detecção é por meio do cruzamento de dados realizado pela Secretaria de Recursos de Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A SRH/MP faz o batimento e informa os órgãos do Sipec para adoção de providências. A Suest/SP não tem sido demandada pela SRH/MP por conta dessa questão. Em 2007, foi identificado o pagamento de pensão da Lei nº 3.373/58 cumulativo com vencimentos de cargo público. Naquela ocasião, fomos orientados sobre a regularização mediante opção da beneficiária pela situação mais vantajosa ou proceder à instauração do competente procedimento administrativo. A beneficiária foi notificada e optou pelos vencimentos do cargo público e a pensão foi excluída do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Conforme informado no item anterior, a Suest/SP não tem sido demandada pela SRH/MP no que se refere à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos por parte dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta Superintendência. A orientação emanada do nível central, por meio do Memorando Circular nº 54/Cgerh/Deadm, de 03.10.2012, quanto às providências a serem adotadas para regularizar as situações detectadas de acumulação indevida, é a de instaurar procedimento administrativo próprio, nos termos do artigo 133 da Lei nº 8.112/90, no qual deve ser oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 9.784, de 29.1.1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	2	-	2
Concessão de pensão civil	2	3	2	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	10	8	10	8
Totais	12	13	12	13

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	1	2	1	2
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	1	2	1	2

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	10	-	-
Total	-	10	-	2
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	1	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	1	-	-	-

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não corresponde a atos do exercício analisado.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Não corresponde a atos do exercício analisado.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UG não tem indicadores gerenciais desenvolvidos para a área de pessoal.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não corresponde a atos do exercício analisado

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não corresponde a atos do exercício analisado

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não corresponde a atos do exercício analisado

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Funasa - Fundação Nacional da Saúde – SUEST/SP													
UG/Gestão: 255025/36211							CNPJ: 26.989.350/0538-21						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	10.446.523/0001-10	05/05/2011	04/05/2012	nc	4	nc	-	nc	-	E
2011	V	O	03/2011	05.871.369/0001-93	01/09/2011	01/09/2013	nc	10	nc	-	nc	-	P
2012	L	O	04/2012	14.490.337/0001-39	21/05/2012	21/05/2013	nc	4	1	1	nc	-	A
Observações: (1) Contrato nº 04/2012, não há quantitativo previsto de pessoas, entretanto previa para o "encarregado" o ensino médio e demais funções o ensino fundamental.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Salog/Diadm

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Funasa - Fundação Nacional da Saúde – SUEST/SP													
UG/Gestão: 255025/36211							CNPJ: 26.989.350/0538-21						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	05/2011	03.539.770/0001-03	10/10/2011	10/10/2012	1	1	1	1	nc	-	A
2012	5	O	05/2012	11.836.399/0001-61	21/06/2012	21/06/2013	nc	-	2	2	nc	-	A
2012	4	O	06/2012	08.284.452/0001-54	19/06/2012	19/06/2013	2	1	nc	1	nc	-	A

Observações:

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	--

Fonte: Salog/Diadm

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	10	13	13	10	56.227,75
1.1 Área Fim	3	5	5	5	21.725,37
1.2 Área Meio	7	8	8	5	34.502,38
2. Nível Médio	10	12	10	11	39.440,31
1.3 Área Fim	-	1	1	1	1.317,27
1.4 Área Meio	10	11	9	10	38.123,04
3. Total (1+2)	20	25	23	21	95.668,06

Fonte:

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

1. Legislação

A gestão de frota da Suest/SP, baseia-se na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008.

2. Importância e impacto da frota de veículos

Os veículos da frota são utilizados para atender à Divisão de Engenharia e Saúde Pública, nas ações de fiscalização de obras de saneamento realizadas pelas prefeituras que firmam convênios com a Funasa.

O SESAM – Serviço de Saúde Ambiental, também utiliza a frota disponível em suas ações de educação em saúde, em visitas aos municípios. Em 2011, foi feita a aquisição de uma Unidade Móvel de Controle de Qualidade de Água – UMCQA, que estará plenamente operante em 2013. As ações previstas para a UMCQA necessitarão do apoio de um segundo veículo para transporte das técnicas que atuarão no serviço.

Além das ações das áreas-fim, a própria Administração, visando o suporte a DIESP e SESAM, utiliza-se da frota.

3. Composição da Frota

Atualmente, a frota da Suest/SP é composta por 71 (sessenta e um) veículos, todos próprios. No processo de transição entre Funasa e SESAI, foi criado um processo de doação de veículos para a última, de número 25290.005.218/2012-13, num total de 29 (vinte e nove) veículos. No entanto, este processo não foi finalizado, razão pela qual os veículos ainda estão sob o CNPJ da Suest/SP, embora já estejam em uso da Sesai.

Não houve aquisição de veículos em 2012, tampouco há previsão de aquisição futura.

O número de veículos operantes, à disposição da desta UJ, é de 5 (cinco) unidades, conforme quadro abaixo.

Alguns veículos, por conta do uso e idade, estão em situação de antieconômicos e/ou irre recuperáveis.

Não há nenhum veículo contratado de terceiros em uso na Suest/SP, embora exista um processo para locação de veículos em instrução.

Tabela 8 – Total de Veículos Pertencentes à SUEST/SP

Total de veículos pertencentes à Suest/SP								
	Placa	Marca	Modelo	Renavan	Situação	Destinação	Localização	Ano
1	AFW - 1625	FORD	VERSAILLES	648218287	INSERV.	LEILÃO	MS	1996
2	BFG - 2965	VW	KOMBI	606245537	INSERV.	LEILÃO	MS	1992
3	BFG - 2966	VW	KOMBI	606246177	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	1992
4	BRZ - 3090	VW	KOMBI	313550026	INSERV.	LEILÃO	MS	1991
5	BRZ - 4572	VW	KOMBI	417767447	INSERV.	LEILÃO	MS	1998
6	BRZ - 4735	GM	MONZA	641265140	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	1995
7	BRZ - 4915	FIAT	TEMPRA	647197812	INSERV.	LEILÃO	MS	1995
8	BRZ - 4917	FIAT	TEMPRA	647199440	INSERV.	LEILÃO	SUEST	1995
9	BRZ- 2837	VW	KOMBI	624054144	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	1994

10	BRZ- 4845	GM	MONZA	643270680	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	1995
11	BSV - 5623	GM	C-20	432038205	INSERV.	LEILÃO	MS	1991
12	BSV - 6127	GM	CORSA	732842107	INSERV.	LEILÃO	SUEST	1999
13	BSV - 6129	GM	CORSA	732841879	INSERV.	LEILÃO	MS	1999
14	BSV - 6152	TOYOT A	BANDEIRANT E	733342507	INSERV.	LEILÃO	SUEST	2000
15	BVZ - 4040	VW	GOL	693355190	INSERV.	LEILÃO	MS	1997
16	BVZ - 4243	VW	KOMBI	638748810	INSERV.	LEILÃO	MS	1995
17	BVZ - 5050	TOYOT A	HILUX	692952314	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	1997
18	BVZ - 5788	VW	KOMBI	423577298	INSERV.	LEILÃO	MS	1989
19	CDV - 0503	GM	S10 2.8 AMB	760485399	Em uso	DOAÇÃO	SESAI/SP	2001
20	CDV - 1775	GM	S 10	794249272	INSERV.	DOAÇÃO	SESAI/SP	2002
21	CDV - 1792	GM	S 10	794249833	INSERV.	LEILÃO	MS	2002
22	CDV - 5750	FORD	RANGER	776660977	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	2001
23	CDV - 6372	FIAT	PALIO	753782812	INSERV.	LEILÃO	MS	2001
24	CDV - 6376	FIAT	PALIO	753782731	INSERV.	LEILÃO	MS	2001
25	CDV - 6386	GM	S 10	753782871	INSERV.	LEILÃO	MS	2000
26	CDV - 6392	GM	S 10	75378280X	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	2000
27	CDV - 6394	GM	S 10	753782766	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	2000
28	CDV - 6436	FORD	RANGER	757638414	INSERV.	LEILÃO	MS	2001
29	CDV - 6447	FORD	RANGER	757637752	INSERV.	LEILÃO	MS	2001
30	CDV -1787	GM	S 10	794246923	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2002
31	CDV - 1774	GM	S10 2.8 S	794248870	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2002
32	CDV - 1781	GM	S10 2.8 S	794247229	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2002
33	CDV - 6374	FIAT	DUCATO	753782979	Em uso	DOAÇÃO	SESAI/SP	2000
34	CEB - 7548	FIAT	TEMPRA	649286057	INSERV.	LEILÃO	SUEST	1996
35	CMW - 3775	FIAT	DUCATO	842097660	INSERV.	LEILÃO	SUEST/SP	2004
36	DJL - 1530	MMC	L200	217748600	Em uso	SUEST/SP	SUEST	2010
37	DJL - 6982	MMC	L200	327274735	Em uso	SUEST/SP	SUEST/SP	2011
38	DJL - 6988	MMC	L200	327273941	Em uso	SUEST/SP	SUEST/SP	2011
39	DJL-5264	MMC	L200 4X4 GL	272355941	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2010
40	DJL-5270	MMC	L200 4X4 GL	272145386	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2010
41	JJE-8931	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	950362948	Em uso	DOAÇÃO	SESAI/SP	2007
42	DJM-1878	MMC	L200 4X4 GL	452069866	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2011
43	DJP-6870	FORD	RANGER XL 13P	980124751	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2008
44	DJP-7448	MMC	L200 4X4 GL	955509467	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2007
45	EEF-2806	MMC	L200 4X4 GL	142988766	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2009
46	EEF-2813	MMC	L200 4X4 GL	143062204	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2009
47	EEF-2817	MMC	L200 4X4 GL	143004433	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2009
48	EEF-2839	MMC	L200 4X4 GL	142988090	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2009
49	FFB-7788	FORD	RANGER	979249627	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2008
50	GMF - 1235	TOYOT A	BANDEIRANT E	646468006	INSERV.	LEILÃO	MS	1995
51	GMF - 4127	FORD	ESCORT	793665124	INSERV.	LEILÃO	SUEST	2002

52	JFO - 5086	VW	KOMBI	4201906	INSERV.	DEVOLUÇÃ O	FUNAI	1998
53	JKH - 2373	NISSAN	FRONTIER	879928280	INSERV.	LEILÃO	SUEST	2006
54	JKH - 5401	NISSAN	FRONTIER	871158531	Em uso	SUEST/SP	SUEST	2005
55	JKH - 5423	NISSAN	FRONTIER	887562280	INSERV.	LEILÃO	SUEST	2006
56	JKH - 6041	NISSAN	FRONTIER	872585786	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2006
57	JKH - 6051	NISSAN	FRONTIER	872586340	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2006
58	JKH-1401	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	862084539	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2005
59	JKH-1411	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	862090709	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2005
60	JKH-5363	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	887562833	Em uso	DOAÇÃO	SESAI	2006
61	MDT - 1612	VW	GOL	803200722	Em uso	DOAÇÃO	Suest/SC	2003
62	MDT - 1702	FORD	RANGER	803201885	Em uso	DOAÇÃO	Suest-SC	2003
63	NHZ - 3203	FIAT	FIORINO	132686376	Em uso	DOAÇÃO	SESAI/SP	2009
64	NHZ - 9184	FIAT	UNO	135796911	Em uso	DOAÇÃO	Sesai/SP	2009
65	NIA - 0594	FIAT	UNO	135884225	Em uso	Em uso	Sesai/SP	2009
66	DJM-1925	Mercedes	Sprinter	473892120	Em uso	Em uso	Suest-SP	2011
67	JHN-5633	NISSAN	FRONTIER 4X4 XE	129865150	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2009
68	JHN-5623	NISSAN	FRONTIER	129864927	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2009
69	JHN-5613	L-200	L-200 4X4 GL	129864595	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2009
70	JGC-7481	FORD	RANGER	980179742	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2008
71	JKH-5381	NISSAN	FRONTIER 4X4 GL	871161656	Em uso	DOAÇÃO	SUEST/SP	2005

4. Média Anual de Quilômetros Rodados

Os dados extraídos do Sicotweb apontam os seguintes dados em relação à quilometragem anual:

Tabela 9 – Média Anual de Quilômetros Rodados por Veículo

Veículo placa	Km total anual	Média de km por mês
MMC L200 - DJL-1530	26.957	2.246
MMC L200 - DJL-6982	26.421	2.201
MMC L200 - DJL-6988	36.387	3.032
Nissan Frontier - JKH-5401	11.048	921
Mercedes Bens Sprinter - DJM-1925	1.732	144

5. Idade média da frota

Existem dois dados importantes no que tange a idade média da frota: um é a idade média dos 71 (setenta e um) veículos e o segundo é a idade média da frota em uso na Suest/SP, que é composta de 5 (cinco) veículos.

Tabela 10 – Idade Média da Frota

Composição da frota	Mais antigo	Mais novo	Idade média
71 veículos (total)	1989	2011	9,5 anos
5 veículos em uso	2005	2011	2,4 anos

6. Custos da frota

No que diz respeito ao custo, somente é possível apresentar dados referentes às cinco viaturas em uso na Suest. Os veículos que estão no processo de doação são custeados integralmente pela MS/Sesai, não havendo dados em nossos sistemas que possam ser apresentados.

Já os veículos em estado ocioso/irrecuperável não geram nenhum custo, pois estão estacionados em garagens do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, não gerando nenhum ônus à Funasa.

O quadro abaixo, resume os gastos, divididos por categoria:

Tabela 11 – Custos da Frota

Categoria de custo	Valor anual (em R\$)
Combustível	21.736,20
Manutenção (residual do contrato de 2011)	15.296,11
Seguro obrigatório	7.210,35
Lavagem	345,68
Pedágios	11.642,99
Total no ano 2012	56.231,33

7. Plano de substituição da frota

Com base no memorando circular nº 24/Cglog/Deadm, da Presidência da Funasa, não haverá aquisições de veículos para substituição da frota. O procedimento a ser adotado por todas as Suests será a locação de veículos.

O processo nº 25290.006.170/2012-52, que visa a locação de veículos, prevê que em 2013 serão locados 2 (dois) veículos tipo sedan.

Com base em levantamentos de custos com manutenção de anos anteriores, não existe previsão do estado de antieconômico para nenhum veículo da frota atual. Dessa forma, está previsto apenas o incremento de mais dois veículo à frota.

8. Métodos de controle de eficiência e economicidade

A principal ferramenta de controle utilizada pelo Setor de Transportes é o sistema Sicotweb. Nele, são inseridos dados de quilometragem rodada, gastos relativos à manutenção e combustível. Além desse sistema provido pela Funasa, o próprio sistema Ticket Car de abastecimento é informatizado e fornece relatórios de consumo e rendimento da frota.

Na área da prestação de serviço, o Sotra mantém arquivos de todas as Requisições de transportes feitas por usuários, bem como dos Boletins Diários de Tráfego – BDT, no qual constam informações sobre qual veículo utilizado, roteiro completo do deslocamento, quilometragem, motorista e usuário do veículo.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - São Paulo		
	São Paulo	01	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
	UF “n”		
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		01	0
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	PAÍS “n”		
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	0

Fonte: Processo 25290.007.209/2012-59

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF - São Paulo		
	São Paulo (Casai)	0	01
	Mongaguá (Polo Base)	0	01
	Peruíbe (Polo Base)	0	01
	Bauru (Polo Base)	0	01
	UF “n”		
	município 1	0	0
	município 2	0	0
	município “n”	0	0
Subtotal Brasil		0	04
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0

	PAÍS “n”		
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade “n”	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	0	04
Fonte: Processos: 25290.001.513/2006-44 (Mongaguá/SP); 25290.000.853/2006-58 (Peruíbe/SP); 25290.003.220/2003-59 (Casai/SP); 25290.001.449/2007-82 (Bauru/SP).			

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
255025	Ainda não Cadastrado (compra em 28.12.2012)	9	3	R\$4.250.000,00 a R\$4.750.000,00 (mín. e máx.)	19.12.2011	R\$ 4.500.000,00	-	-
Total							-	-
Fonte: Processo 25290.007.209/2012-59								

Análise Crítica:

Os quadros 7.1 e 7.3 relacionam-se a aquisição do Prédio desta Superintendência Estadual de São Paulo – SUEST/SP, que anteriormente pertencia ao INSS, adquirido conforme consta do Processo nº 25290.007.209/2012-59, onde está sendo providenciada a Escritura e Registro no Sistema de Patrimônio da União – SPU e demais questões relacionadas aos sistemas de patrimônio.

Com relação ao quadro do Item 7.2, todos os processos relacionados aos imóveis nos municípios citados eram relacionados aos trabalhos da Saúde Indígena, no qual tais processos foram sub-rogados para a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, conforme orientações do memorando Circular nº 08/GAB/DIREX – procedimentos iniciais pra transição da Saúde Indígena, juntamente com as orientações para sub-rogação de contratos, de junho de 2011, onde, após tal sub-rogação, não houve nenhum outro imóvel alugado no ano de 2012.

Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: Materiais biodegradáveis e recicláveis				x	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: Em estudo de impacto sobre o consumo				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	x				
	Sim ()			Não (X)	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		x			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Divulgação em mural institucional, a importância e o incentivo ao uso racional da água e energia, em atendimento recomendação da Controladoria Geral da União (CGU).					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Palestra educativa para os servidores sobre a coleta seletiva solidária proferida por cooperados da cooperativa Coopere-Centro, que possui Termo de Compromisso firmado com a Funasa para a coleta dos resíduos recicláveis descartados na Superintendência. Elaboração e distribuição de folhetos educativos sobre o uso correto dos recipientes adequados para coleta seletiva junto aos servidores da Suest/SP.					x
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Sobre os itens 1 a 4 e 6: Esta UJ tem incluído em suas últimas licitações referentes à compra de materiais de consumo (expediente, higiene pessoal e de copa) objetos com critérios de sustentabilidade como materiais recicláveis, biodegradáveis, que consumam menos energia.</p> <p>Nos últimos cinco anos houve uma maior conscientização desta Suest-SP/Funasa em adquirir este tipo de material, sendo que podemos citar que nos últimos Pregões realizados para este tipo de compra tais objetos foram solicitados exemplificados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel A4, celulose vegetal, impressora a laser, 75 g/m², branca, certificado FSC ou conselho de manejo florestal. • Agenda anual com apresentação diária, papel reciclado, com capa dura, em couro sintético, plástico PVC ou papel texturizado, resistente, que não ostente propaganda comercial de terceiros. • Almofada carimbo, material caixa plástico reciclado, material almofada esponja absorvente revestida de tecido, cor azul, tipo entintada, comprimento 120mm, largura 90mm. • Bloco recado, material papel reciclado, cor natural, largura 38mm, comprimento 50mm, características adicionais auto-adesivo/gramatura 90g/m². • Bloco recado, material papel reciclado, cor natural, largura 76mm, comprimento 102mm, características adicionais auto-adesivo/gramatura 90g/m², • Envelope, material papel reciclado, gramatura 90, tipo saco comum, comprimento 340mm, cor parda, largura 240mm. • Envelope, material papel reciclado, gramatura 80, tipo saco comum, comprimento 360mm, cor parda, largura 265mm. • Envelope, material papel reciclado, gramatura 85, tipo saco comum, comprimento 324mm, cor parda, largura 229mm, sem impressão. • Envelope, material papel reciclado, gramatura 90, tipo sem timbre, comprimento 410mm, cor natural, largura 310mm. • Envelope, material papel reciclado, gramatura 90, comprimento 230mm, cor branca, largura 115mm. • Livro Ata, material papel reciclado, quantidade folhas 100, gramatura 90, comprimento 300mm, largura 216mm, características adicionais capa dura, folhas numeradas e pautadas. • Papel A3, material celulose vegetal, largura 297, comprimento 420, gramatura 75, cor branca, tipo reciclado. • Pasta arquivo, material cartão reciclado, tipo suspensa pendular, largura 240mm, altura 360mm, cor natural, gramatura 350, características adicionais visor/haste plástica/etiqueta. • <u>Réguas comuns, material plástico reciclado, comprimento 20, 30, 40, 50 e 60cm com graduação milimetrada.</u> • Caneta marca texto, formato anatômico, confeccionado em material reciclado, plástico, rígido, tampa removível, ponta chanfrada, dura e resistente, em poliéster, nylon, acrílico ou similar, comprimento de corpo sem tampa 95 mm, espessura de traço (aprox.) para sublinhar 1,0 mm, espessura de traço (aprox.) para destacar 4,0 mm, cor amarela. 					

- Detergente líquido biodegradável neutro.

Sobre o item 5: No último exercício foram adquiridas torneiras automáticas com temporizador (porém sua instalação deu-se neste ano de 2013) e as calhas das lâmpadas fluorescentes que eram de 3 lâmpadas foram substituídas por calhas de 2 lâmpadas. Foi firmado em 2011 o Contrato para Manutenção Predial, sendo que desde então foi feita uma ação reparativa e preventiva referente ao Sistema Hidráulico, o que ajuda a diminuir desperdícios ocasionados por vazamentos. Informamos que foram substituídos no último exercício os aparelhos de ar-condicionado por modelos tipo Split que são mais econômicos no consumo de energia elétrica.

Sobre o item 8: A aquisição de materiais que necessitam de recarga ou reutilização não é muito realizada nesta Suest-SP, pois não são muitos os materiais viáveis a serem adquiridos com este recurso. Um exemplo é a compra de cartuchos para impressoras onde a preferência é por produtos originais, visto que estes são mais seguros para as impressoras.

Sobre o item 9: Os aspectos de durabilidade e qualidade são solicitados na compra de material permanente.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Nos últimos anos houve uma maior conscientização desta Suest-SP/Funasa sobre a diminuição do consumo de água, energia elétrica, e promoção da destinação correta do papel.

Sobre o consumo de **água de provedor local** houve algumas ações a partir da contratação de empresa para realizar a manutenção predial onde a parte hidráulica do prédio sofreu reparos e manutenção preventiva, o que ajudou a diminuir o desperdício de água ocasionado por vazamentos diversos. Informamos que o Sesam/Suest-SP realizou palestras e panfletagem para os servidores para um consumo mais consciente dos itens aqui tratados.

Sobre o consumo de **água mineral** houve uma queda provavelmente devido ao fato de que a partir de 2012 os servidores responsáveis pela Saúde Indígena foram para outro prédio para realizar suas atividades através da SESAI/MS. Não houve ação específica sobre conscientização do consumo deste item em 2012.

Sobre o consumo de **energia elétrica** a ação tomada por esta Suest-SP no sentido de diminuir e otimizar o consumo foi realizar a troca de antigos aparelhos de ar condicionado por modelos novos do tipo Split. Ainda foram realizadas troca das calhas de lâmpadas fluorescentes que comportavam 3 (três) lâmpadas, para calhas de 2 (duas) lâmpadas. Não houve ação específica sobre conscientização do consumo deste item em 2012.

Sobre o consumo de **papel** nesta Suest-SP, o mesmo não foi uniforme devido a oscilações de servidores presentes no prédio, demandas de trabalho pontuais (sub-rogações de contratos em 2011 e alta demanda de resposta de processos trabalhistas em 2011/2012), além de passarmos por épocas nas quais não foi adquirido papel por falta de planejamento eficiente no ano de 2010. Foram adotadas políticas de conscientização sobre a coleta seletiva e destinação correta desta material para a reciclagem, porém não houve política sobre a redução deste item, visto que ainda não temos um quadro homogêneo do consumo nos últimos 3 (três) anos.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Coleta Seletiva Solidária (Decreto nº 5490/2006)	2011 (Prorrogado por mais um ano por meio de aditivo firmado em 2012)	Celebração, em 2012, de aditivo que prorroga a vigência do Termo de Compromisso com a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis, firmado em 2011. Os resíduos sólidos da Funasa/Suest-SP têm sido descartados corretamente, por meio da coleta seletiva e encaminhados sob monitoramento constante à Cooperativa comprometente, do que resulta a reutilização dos materiais recicláveis e geração de renda para os catadores cooperados. O sucesso da ação se deve ao paralelo trabalho de conscientização dos servidores e colaboradores.				
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	558 RM	1.154 RM	576RM	7.421,40	15.348,20	6.578,71
Água de provedora local	1.065m³	1.584m³	3.440m³	21.632,42	31.862,70	52.713,85
Água Mineral para consumo	700 galões 20L	100 galões 10L	100 galões 10L	2.534,00	400,00	380,00
		900 galões 20L	1300 galões 20L		4.950,00	3.970,00
Energia Elétrica	106.005,70 kw/h	94.720 kw/h	131.360 kw/h	40.486,93	36.523,20	50.621,34
			Total	72.074,75	89.084,10	114.263,90

Fonte: ASIWEB e Somat/Salog/Diadm. (os dados quantitativos e de custo foram coletados no ASIWEB e analisados pelo Setor de Material)

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.1 - RECOMENDAÇÕES DO TCU ATENDIDAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Período: 02/01/2012 - 31/12/2012										
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS	

1	Acórdão n.º 9975/2011/TC 20.273/2011-8	Ofício n.º 2890/2011-TCU-SECEX-SP	07/12/2011	1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.6. adotar medidas com vista à incorporação e tombamento patrimonial de todos os bens móveis do órgão, especialmente dos veículos pertencentes à frota da Superintendência e daqueles adquiridos por meio do Pregão 20, de 25/7/2008, bem como mantenha relatório pormenorizado acerca da existência de termos de responsabilização pela guarda de	Ofício nº 161/GAB/Suest-SP/Funasa	14/02/2012	SUEST-SP - Código SIORG 53873	1) Os bens adquiridos por meio do Pregão n. 20/2008 foram conferidos e emplaquetados, tendo sido os trabalhos concluídos em agosto/2010, como consta do Procedimento Administrativo Suest-SP n. 25290.004.116/2010-19. 2) Quanto aos termos de Responsabilidade pela Guarda dos Bens não constam registros de tais documentos no acervo da época. Contudo, foi realizado inventário inicial para início da	Parte 1) Quanto ao tombamento dos bens adquiridos através do Pregão nº 20/2008, a demanda foi finalizada.	Parte 2) Ausência de Termos de Responsabilidade assinado pela área indígena, pelo fato dos bens serem para uso de Comunidade Indígena localizada no Estado de São Paulo. Está em andamento o Processo nº 25290.005.218/2012-13 que trata do desfazimento por Doação dos bens inventariados com previsão de conclusão em 2013, ocasião em que parte expressiva desta demanda será regularizada.	PENDENTE DE ATENDIMENTO
---	--	-----------------------------------	------------	--	-----------------------------------	------------	-------------------------------	---	--	---	-------------------------

				<p>todos os bens móveis.</p>				<p>regularização . Com o advento da transição da Saúde Indígena para a Secretaria Especial de Saúde do Índio/MS, haja visto que não há Termos de Responsabilização de carga de bens patrimoniais ratificados por seus responsáveis, neste caso a Saúde Indígena no Estado de São Paulo. Este trabalho será concluído pelo Grupo de Trabalho responsável pela transição da carga dos bens móveis que serão alienados por Doação este trabalho teve até 28 de</p>		
--	--	--	--	------------------------------	--	--	--	---	--	--

							junho de 2012 para estar concluído (Portaria/MS n. 76, de 12/01/2012), e o indicativo de passivo para logística de recolhimento e processo de desfazimento				
2	Acórdão n.º 9975/2011/TC 20.273/2011-8	Ofício n.º 2890/2011-TCU-SECEX-SP	07/12/2011	1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.7. regularizar a transferência dos veículos de placas, NHZ-3203, NHZ-9184, NIA-0594, JKH-5381, JGC-7481, JHN-5613, JHN-5623, JHN-5633, JJE-8931, MDT-1702,	Ofício n.º 161/GAB/Suest-SP/Funasa	14/02/2012	SUEST-SP - Código SIORG 53873	Os processos de transferência não foram concluídos tendo em vista a necessidade de atender plenamente a regularização de documentação, pendência de multas, vistoria e outras demandas junto ao Detran/SP.	Como fator positivo destacamos que no decorrer de 2013, a regularização será providenciada, visando a transferência da maioria dos veículos apontados que são de uso ao atendimento da saúde indígena para o patrimônio da SESAI/DSEI-Litoral	Está em andamento o Processo n.º 25290.005.218/2012-13 que trata do desfazimento por Doação ao DSEI/SESAI/MS dos bens inventariados com previsão de conclusão em 2013, ocasião em que parte expressiva desta demanda será regularizada. De 12 veículos: primeiros 9 veículos estão no processo de doação, 2 seguintes pertencem a Suest-SC e a regularização será por meio do processo deles e o último veículo, pertence a FUNAI e será efetuado trâmites	PENDENTE DE ATENDIMENTO

				MDT-1612 e JFO-5086 para o patrimônio da SUEST/SP.					Sul/MS.	para devolução.	
3	Acórdão n.º 9975/2011/TC 20.273/2011-8	Ofício n.º 2890/2011-TCU-SECEX-SP	07/12/2011	1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.8. realizar estudos quanto ao estado de conservação, necessidade e utilidade de todos os seus veículos, avaliando a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para o desfazimento daqueles considerados inservíveis.	Ofício nº 161/GAB/Suest-SP/Funasa	14/02/2012	SUEST-SP - Código SIORG 53873	A partir de 2011 foi constituída Comissão Especial de Processo de Avaliação e Desfazimento de Bens de Materiais. No decorrer dos trabalhos foram entregues pelo Setor de Transportes da Suest-SP, 25 veículos para desfazimento classificados como inservíveis. Desse total foram autorizados pela Administração da Suest-SP, diante da conclusão dos trabalhos	A partir de 2013 serão retomados os processos de desfazimento por doação, principalmente os já analisados pela PGF, considerando que já decorreu o prazo de sobrestamento diante da legislação eleitoral. Inclui-se ainda parte substancial que consta do Processo nº 25290.005.218/2012-13 que trata do desfazimento por Doação ao DSEI/SESAI/MS dos bens inventariados	Os trabalhos de desfazimento abrangendo a totalidade das etapas para o devido cumprimento dos procedimentos previstos na legislação são fatores que exigem trabalhos acurados. Deve ser realizado com o devidos cuidados, acrescentando-se a isso o desgaste natural pelo uso e sua destinação, qual seja, os bens são utilizados em áreas indígenas do Estado de São Paulo. Tudo isso, associado à necessidade de se buscar as informações documentais muitas vezes desde o seu início, ocasionando o ponto crítico negativo para celeridade de processos de alienação dos bens da instituição.	PENDENTE DE ATENDIMENTO

								da Comissão, a instrução de procedimentos administrativos para alienação de 15 veículos por doação, cujos procedimentos encontram-se em situação de sobrestamento pelo calendário eleitoral. Os demais, aguardam orientações para início de procedimento de alienação por leilão.	com previsão de conclusão em 2013		
4	Acórdão n.º 9975/2011/TC 20.273/2011-8	Ofício n.º 2890/2011-TCU-SECEX-SP	07/12/2011	1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.9. adotar controle dos veículos cedidos a Estados e Municípios e	Ofício n.º 161/GAB/Suest-SP/Funasa	14/02/2012	SUEST-SP - Código SIORG 53873	Foi realizado diagnóstico dos procedimentos existentes no Setor de Patrimônio que carecem de finalização. A situação encontrada exige análises	Parte da documentação das doações ocorridas foram regularizadas em 2012 e ainda estão sendo executadas visando minimizar a situação e	Fatores negativos: Necessidade de medidas saneadoras nos procedimentos de doação existentes e que carecem de solução de continuidade, pois Termos de Cessão estão com seus prazos expirados, ou seja, é necessário que documentos sejam atualizados desde o início, por exemplo, os	PENDENTE DE ATENDIMENTO

				regularizar doações de bens que se enquadrem nas situações previstas na Portaria 1.968, de 23 de agosto de 2006, do Ministério da Saúde.				adequada dos bens que há tempos estão distribuídos pelo Estado de São Paulo e também em outros Estados. O Detran/SP, encaminhou os registros de todos os veículos cuja propriedade são da Funasa/SP no final do exercício de 2011. A partir de então, iniciou-se um trabalho de busca de documentos físicos e contábeis que possam subsidiar na proposição de solução da demanda.	melhorar os controles existentes.	termos das vistorias dos veículos cedidos, o que faz com que um procedimento praticamente seja iniciado a este tempo e percorra todo fluxo de documentação e autorizações novamente.
--	--	--	--	--	--	--	--	---	-----------------------------------	--

5	Acórdão n.º 9975/2011/TC 20.273/2011-8	Ofício n.º 2890/2011-TCU-SECEX-SP	07/12/2011	1.6.1 (Prestação de Contas – Exercício: 2010), sobre o contrato de serviços de limpeza e conservação da Suest/SP e os limites definidos na Portaria SLTI/MP n.º 19, de 10/05/2011.	Memorando Circular n.º15/GAB/ Suest-SP	29/05/2012	SUEST-SP - Código SIORG 53873	a. Por meio do Processo n.º 25290.005.133/2010-65, foi realizado o Pregão Eletrônico n.º 03/2011, em 27/04/2011, no qual sagrou-se vencedora a empresa Presta Serviços Técnicos Ltda., CNPJ n.º 10.446.523/0001-10, pelo valor global anual de R\$ 73.984,42. b. No caso desta contratação foram obedecidos os limites estabelecidos na Portaria SLTI/MPOG n.º 19, de 10 de maio de 2011, quando da realização desta licitação, conforme	Recomendação atendida, considerando que o procedimento já está sendo adotado.	Recomendação atendida, considerando que o procedimento já está sendo adotado.	ATENDIDO
---	--	-----------------------------------	------------	---	--	------------	-------------------------------	---	---	---	----------

								demonstraçã o a seguir: Descrição Área (m2)/ Valor Contratado R\$(m2)/ Valor Total do Contrato R\$/ Valor limite Portaria n°19/2011 R\$(m2)/ Valor máximo do Contrato de acordo com a Portaria n°19/2011 R\$(m2)/ Área interna 2.089/ 2,84/ 5.925,60/ 3,44/ 7.186,16 Área externa 105/ 1,41/ 148,14/ 1,72/ 180,60 Esquadria externa 136/ 0,67/ 91,62/ 0,78/ 106,08 Total Mensal do Contrato 6.165,36 7.472,84 Total Anual do Contrato			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

								R\$73.984,42/ R\$89.674,08			
6	Acórdão nº 9975/11	Ofício nº 2890/201 1- TCU/SE CEX-SP	07/12/ 2011	1.7.2.adotar providências para que sejam feitas análises de todas as prestações de contas de convênios e ajustes congêneres e sejam obedecidos ,criteriosamente, os prazos estabelecidos pelo art. 60 da Portaria Interministerial	Memº nº 299/2011/GAB /SUEST-SP/FUNASA, em 14/02/12; ; Memº nº 36/Secon/Suest -SP; Memº 82/Secon/Suest -SP; Memº 333/Secon/Suest-SP.	(Memº nº299,19/12 /2011); (Memº 36, 14/02/12); (Memº 67, de 08/03/12); (Memº 82, de 29/03/12); (Memº 333, de 10/12/12).	Serviço de Convênios/Suest-SP	Convocação de Força Tarefa para análise das Prestações de Contas.	49 Prestações de contas Aprovadas; 20 Municípios Notificados e a instauração de 03 Tomadas de Contas Especial.		Atendido

				/MPOG/MF/ CGU 127, de 2008.								
--	--	--	--	-----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Quadro A. 10.1.3 - RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS E PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Período: 02/01/2012 - 31/12/2012											
ITEM	IDENTIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	COMUNICAÇÃO RECEBIDA		DETERMINAÇÃO / RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS					INFORMAR O ATENDIMENTO OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO ATENDIMENTO	STATUS
		DOCUMENTO	DATA		DOCUMENTO EXPEDIDO	DATA	RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS		

1	Relatório de Auditoria 201108837	Ofício nº 36807/2012-CGU-Regional/SP/CGU-PR	07/12/2012	<p>2.1.1.1. Contratação de serviços de limpeza por valores acima dos estabelecidos em norma. Relatório de Auditoria 201108837 - Nº Constatação: 003 – Nº Recomendação: 001 Promover o ressarcimento de R\$24.719,83, pagos acima do limite máximo estabelecido na Portaria/SLTI/MP nº 02, de 08/04/2009, referente ao exercício de 2010.</p> <p>1) Ofício nº 31876/2011/CGU-SP/CGU-PR, Nota Técnica 16963/2011, 24/10/11;</p> <p>2) Ofício nº 7389/2012/CGU-SP/CGU-PR, Nota Técnica nº 562/2012, 19/03/12.</p> <p>3) Ofício nº</p>	Memorando nº 169/Diadm/Suest-SP	27/12/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	<p>1) Realizado análise relativo ao período de 30/09/09 a 19/04/11, apurado o valor de R\$24.243,21, já inclusos os valores das repactuações conf. CCT2010 e parte de 2011.</p> <p>2) Recomendado a instauração de Procedimento Investigatório para apurar responsabilidades e ressarcimento de valores.</p> <p>3) Memo nº 169/Diadm/Suest-SP - Proposto à Superintendência a constituição de Comissão de Sindicância Administrativa para apurar a demanda no prazo estabelecido.</p>	<p>1) Foram apuradas todas as diferenças desde o início do contrato, visando a recuperação de valores pagos a maior.</p> <p>2) Autorizado pela Presidência Funasa a abertura de sindicância para apuração de responsabilidades.</p>	<p>1) Necessidade de treinamento de servidores, visando o conhecimento para apurar as diferenças e as responsabilidades para encerrar a demanda.</p>	PENDENTE DE ATENDIMENTO
---	----------------------------------	---	------------	--	---------------------------------	------------	-----------------------------	--	---	---	-------------------------

				16189/2012/CGU-SP/CGU-PR, Nota Técnica nº 1163/2012, 04/06/12. 4) Ofício nº 23864/2012/CGU-SP/CGU-PR, Nota Técnica nº 1706/2012, 17/08/12. 5) Ofício nº 36807/2012/CGU-SP/CGU-PR, Nota Técnica nº 2672/2012/CGU-SP/CGU-PR, 07/12/12.							
2	Relatório de Auditoria 201108837	Ofício nº 31876/2011-CGU/SP-PR	25/10/2011	2.1.1.5. Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2010 necessitando providências para regularização de sua situação. Relatório de Auditoria 201108837 - Nº Constatação: 023 – Nº Recomendação: 001 Cuidar para que os prazos propostos sejam cumpridos, bem como definir	Ofício nº 28/GAB/Suest-SP/Funasa	09/01/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	1) Saldo em 31/12/2010 de valores inscritos em 2007, todas as demandas foram finalizadas em 2011. 2) Saldo em 31/12/2010 de valores inscritos em 2008 e 2009, todas as demandas foram finalizadas em 2012.	a) Parte 1, regularizada em 2011 e a Parte 2, regularizada em 2012. b) Recomendação Atendida, conf. Ofício nº 7389/2012/CGU-SP/CGU/PR, Nota Técnica nº 562/2012 de 19/03/2012.	Como fatores negativos, temos o não atendimento por parte dos Fornecedores das solicitações visando regularizar em sua maioria a documentação legal pertinente ao processo. - Como fator positivo, para as regularizações ocorridas, citamos o	ATENDIDO

				prazos para a regularização de situações em que o mesmo não foi definido.					atendimento das solicitações e comprometimento dos Fornecedores.		
3	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR	23/05/2012	Item 2: Informar sobre a ocorrência de diligências, recomendações ou decisões do TCU/SECEX destinados à Unidade no corrente exercício, 2012, fornecendo cópia dos documentos encaminhados pelo TCU.	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest-SP	25/05/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	Neste exercício de 2012, a Administração não recebeu demanda do TCU/SECEX.	Não houve em 2012, solicitação TCU/SECEX.	ATENDIDO
4	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR	23/05/2012	Item 4: Disponibilizar relação (inclusive em planilha eletrônica) de todos os contratos vigentes na Unidade no exercício de 2012, fornecendo o nº dos contratos e os respectivos valores firmados	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest-SP	25/05/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	A relação em planilha eletrônica, foi anexada juntamente com o arquivo, visando os referidos encaminhamentos.	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO

				(incluindo os aditivos).							
5	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR	23/05/2012	Item 6: Esclarecer as divergências encontradas entre os contratos publicados no DOU e os registrados no SIASG – site COMPRASNET – base maio/2012, conforme abaixo: CONTRATOS PUBLICADOS NO DOU E NÃO REGISTRADOS NO SIASG CONTRATO DATA DE ASSINATURA EMPRESA 01/05/12 18/01/12 VIVO S.A.	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest-SP	25/05/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	Não há como esclarecer, pois a Funasa/Suest-SP não tem contrato com a empresa Vivo S.A.. Portanto, necessitamos melhores detalhes sobre o apontamento.	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO
6	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR	23/05/2012	Item 7: Com relação ao edital do Pregão Eletrônico nº 01/2012, referente à contratação da prestação de	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest-SP	25/05/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	Utilizamos os modelos recomendados e analisados pela PGF na elaboração dos editais da SUEST/SP	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO

			<p>serviços continuados de Telefonia Fixa Comutada modalidade Local e de Longa Distância Nacional (LDN):</p> <p>7.1 Justificar a exigência constante do item 9.2.4. “b”, tendo em vista o que já se exige no item “c”, o que pode comprometer a competitividade do certame:</p> <p>“9.2.4. Relativos à Qualificação Técnica:</p> <p>a. (...);</p> <p>b. Certificado ou Declaração fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, atestando que presta serviços de telefonia fixa comutada (local e longa distância) na área a que se propõe</p>			<p>em que constam um leque ampliado dos requisitos de habilitação, com base no disposto nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas atualizações. No caso em questão tratava-se de garantir que somente empresas devidamente autorizadas e habilitadas ao fornecimento do serviço de telefonia fixa, participassem da licitação. Salientamos que as dúvidas suscitadas pelos participantes foram devidamente esclarecidas e todos participaram sem qualquer comprometim</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

				participar como licitante; c. Extrato ou Íntegra do Contrato de Concessão ou Permissão, ou Termo de Autorização e das alterações subseqüentes, subscritos pela ANATEL, para prestação serviços de telefonia fixa comutada (local e longa distância) nas modalidades para as quais pleiteia habilitação;”				ento da competitividade em razão deste quesito.			
7	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CGU/PR	23/05/2012	Item 8: Com relação ao edital do Pregão Eletrônico nº 02/2012, referente à registro de preços para eventual aquisição de café, açúcar cristal e refinado, adoçante, gás de cozinha GLP 13kg, chás variados, água	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest-SP	25/05/2012	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	Nos modelos de editais encaminhados pela PGF e utilizados na elaboração dos editais da SUEST/SP consta o leque ampliado dos requisitos de habilitação, com base no disposto nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO

			<p>mineral sem gás, copos, coadores e talheres mexedores de café descartáveis e garrafas térmicas:</p> <p>8.2) Participação no pregão: Como a participação no pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, justificar a exigência de comprovação da situação financeira, conforme abaixo, tendo em vista que essas empresas geralmente trabalham no limite e ainda não apresentam boa saúde financeira.</p> <p>“8.3.3. Comprovação da situação financeira da</p>			<p>1993 e suas atualizações. A qualificação econômico-financeira é aquela prevista no artigo nº 31 desta lei, especificamente os parágrafos a seguir: “§ 2º - A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--

			<p>empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:</p> <p>LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</p> <p>SG = Ativo Total Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</p> <p>LC = Ativo Circulante Passivo Circulante</p> <p>8.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em</p>			<p>comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser posteriormente celebrado.</p> <p>§ 3º - O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

			<p>qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar:</p> <p>8.3.4.1. Que possuem capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;”</p>					<p>através de índices oficiais.”, grifos nosso. Além disso, no item 8.1 do Edital consta que “O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.”</p> <p>Em termos práticos, a consulta ao cadastro do SICAF</p>	
--	--	--	---	--	--	--	--	---	--

									realizada durante o Pregão Eletrônico já fornece os parâmetros da habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeiro. A menção mais completa do artigo 31 da Lei 8.666/93 no Edital deve-se ao fato de haver a possibilidade da consulta ao SICAF não trazer os dados da qualificação econômico-financeira e de forma a garantir a entrega futura do item adjudicado ao licitante vencedor. Também o Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, não prevê a dispensa da		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

								habilitação econômico-financeira sendo apenas garantido um prazo maior para efeitos da comprovação da regularidade fiscal de acordo com o Art. 4º, §§ 1º ao 4º.			
8	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CG U/PR	23/05/20 12	8.3) Restrição à competição: 8.3.1) Justificar a solicitação ao vencedor para apresentar 01(uma) centena de amostras referente ao item “Copo Plástico para Água – 180ml”, quantitativo que pode levar à restrição da competitividade do certame.	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest- SP	25/05/20 12	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	O quantitativo de 100(cem) copos, trata-se de uma quantidade de “embalagem plástica padrão” de fabricação e de comercialização no mercado, e a solicitação ao vencedor deve-se ao fato de que medidas inferiores ou partes, se fossem solicitadas como amostra poderiam ser apresentadas	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO

								apenas as unidades “boas”, escolhidas do produto, descaracterizando principalmente e as características que são descritas na embalagem plástica de fábrica (ex. procedência, medidas, especificação, conformidade, quantidade, datas de fabricação e validade do produto e demais formalidades).	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

9	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CG U/PR	23/05/20 12	<p>8.3.2) Justificar a solicitação de o vencedor do item “Café em pó torrado e moído” apresentar laudos de análises laboratorial, físico-química, características organolépticas e microscópicas, datados dos últimos 90(noventa) dias, o que pode restringir a competição.</p> <p>8.3.3) Justificar a exigência de apresentação de Laudos de Análise Bacteriológica junto com seu Atestado de Capacidade Técnica pela empresa vencedora do fornecimento de Água Mineral Natural.</p>	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest- SP	25/05/20 12	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	No caso dos itens “8.3.2” e “8.3.3”, tratam-se de produtos para o “consumo humano” que são adquiridos para serem oferecidos aos servidores, visitantes e demais colaboradores que diariamente estão presentes ou visitam a Unidade. Assim, a inclusão da exigência de laudos e testes que garantam a qualidade mínima destes produtos, visa assegurar que os produtos que serão adquiridos e oferecidos provêm de origens adequadas, fiscalizadas e devidamente saudáveis, pois neste	Solicitação Atendida conforme requerida.	ATENDIDO
---	-----------------------	--	----------------	---	---	----------------	-----------------------------------	---	---	--	----------

								<p>caso é responsabilida de da Administraçã o, não só adquirir o produto pelo menor preço, mas também garantir a origem e a qualidade deles. Saliante-se que no caso dos produtos a serem consumidos não terem a qualidade e o sabor mínimo aceitável pelas pessoas, a aquisição restará frustrada, transformando -se em prejuízo pela inaceitabilida de dos produtos oferecidos na Unidade.</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

10	SA/OS 201201594_01	Ofício nº 14.774 /2012- GAB/CGU- Regional/SP/CG U/PR	23/05/20 12	Item 9: Com relação aos editais dos Pregões Eletrônicos nº 01/2012, referente à contratação da prestação de serviços continuados de Telefonia Fixa Comutadas modalidade Local e de Longa Distância Nacional (LDN); nº 03/2012, referente à contratação de empresa especializada, com pessoal próprio e qualificado, para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial; e nº 04/2012, referente à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de recepção e	Memorando Circular nº13/ GAB/ Suest- SP	25/05/20 12	SUEST-SP Código SIORG 53873	Atender a solicitação recomendada no Ofício da CGU.	De acordo com o artigo nº 33, da Lei 8.666/93, a participação de empresas em consórcio na licitação é discricionária, ficando a critério da Administração o permitir ou não sua participação nas licitações. De acordo com o Professor Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, pp.359 e 360): “Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio	Solicitação Atendida conforme requerida.
----	-----------------------	--	----------------	---	---	----------------	-----------------------------------	---	---	--

			<p>copeiragem:</p> <p>9.1) Justificar a restrição à participação de consórcios na licitação, conforme item 2.2 descrito abaixo:</p> <p>“2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:</p> <p>2.2.7. Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; (...)”.</p>				<p>pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode</p>	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

									<p>participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.” Também a experiência prática demonstra que as licitações que permitem a participação de empresas reunidas em consórcio são as de maior magnitude, tais como aquelas referentes às</p>	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

									obras de engenharia. Nos Editais dos Pregões Eletrônicos 01/2012, 02/2012 e 04/2012 consignou-se a vedação à participação de consórcios, pois foram elaborados com foco nas necessidades do dia a dia da Administração, referindo-se a objetos comuns, sem qualquer complexidade, já havendo uma grande quantidade de empresas, isoladamente, em condições de participar da licitação.	
11		NT nº 2555/2012	26/11/2012	Priorizar a elaboração de uma programação de visitas técnicas junto à Área de Engenharia de forma a emitir os pareceres						Pendentes

				técnicos pendentes.						
12		NT nº 2555/2012	26/11/20 12	Reiterar a recomendação para que seja feita a análise de todas as prestações de contas apresentadas e que, na análise das novas prestações de contas recebidas, sejam obedecidos criteriosamente os prazos estabelecidos pelo IN/STN 01/97 e demais instrumentos de convênios.						Pendentes

SETORES NOS QUAIS NÃO SE VERIFICOU A OCORRÊNCIA DOS FATOS DE QUE TRATA O ITEM 10 E SUAS SUBDIVISÕES: DIVISÃO DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA, SERVIÇO DE SAÚDE AMBIENTAL E SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS.

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A responsabilidade pela atuação da Unidade de Auditoria Interna é da Unidade Central da Funasa, cabendo às Superintendências Estaduais o cumprimento de deliberações emanadas.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	3	19
	Entregaram a DBR	2	3	19
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

10.3.1.2 Análise Crítica

Todos cumpriram a obrigação de entregar a DBR, inexistindo necessidade de adotar qualquer tipo de providência.

O Serviço de Recursos Humanos é a área responsável pela recepção, controle e guarda das DBRs e não existe sistema informatizado para esse gerenciamento. Recepciona-se em papel as DBRs e o formulário de autorização de acesso às informações constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil. Não realizamos nenhum tipo de análise nas DBR, que são guardadas em envelope lacrado, arquivadas em pastas específicas na área de RH, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV


Cumpramos ressaltar que os sistemas SIASG e SICONV são alimentados por setores distintos nesta Superintendência, razão pela qual o quadro A.10.6 fora preenchido por ambas, naquilo que lhes cabe, individualmente.

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Argemiro dos Santos, CPF nº 102.227.745-68, Chefe da Divisão de Administração, exercido na Suest-SP/Funasa declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2013.


Argemiro dos Santos

CPF: 102.227.745-68

Chefe da Divisão de Administração

Suest-SP/Funasa



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO

Eu, **Gelza Rosa da Costa**, CPF nº357.357.915-91, **Chefe do Serviço de Convênios**, exercido na **Superintendência Estadual de São Paulo - SUEST-SP** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.



Gelza Rosa da Costa
357.357.915-91

Chefe do Serviço de Convenios/Suest-SP

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado desta Fundação observam o estabelecido na Macrofunção n.º 02.03.30 do Manual SIAFI, em consonância com as seguintes leis: Lei n.º 4320/64, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei n.º 10.180/2001 e, ainda, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT), a saber:

1. Metodologia de cálculo – Método das Quotas Constantes, conforme o item n.º 48 da Macrofunção;
2. As taxas de depreciação foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item n.º 27, do referido documento;
3. A depreciação baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI, uma vez que não foram realizadas as avaliações de valor econômico de cada bem do imobilizado;
4. O patrimônio, a partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.

Cabe aqui destacar que, devido à escassez de pessoal, a avaliação e mensuração das disponibilidades; dos créditos e dívidas; dos estoques, dos investimentos; do imobilizado; do intangível e do diferido não foram realizados. No entanto, informa-se que esta Funasa envidará todos os esforços no sentido de contratar, com a urgência que o assunto requer, uma empresa para efetuar tal serviço, a nível nacional, abrangendo a todas as Unidades Gestoras que compõem este Órgão.

Informa-se, ainda, que a Setorial Contábil desta Funasa vem realizando, temporariamente, o cálculo da depreciação das UG's 255003 – SUEST/AP; 255013 – SUEST/MG; 255014 – SUEST/PA; 255016 SUEST-PR; 255017 – SUEST/PE; 255018 – SUEST/PI; 255019 – SUEST/RJ e 255021 – SUEST/RS, visto que estas ainda não utilizam o Sistema de Controle Patrimonial.




11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Não utilizado em razão da aplicação do subsidiário item 11.2.2 aos atos do exercício em tela.

11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA															
Denominação completa (UJ)			Código da UG												
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de São Paulo			255025												
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">RESTRICÃO</th> <th style="text-align: left;">TÍTULO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>008</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULAN</td> </tr> <tr> <td>163</td> <td>SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.</td> </tr> <tr> <td>203</td> <td>SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.</td> </tr> <tr> <td>470</td> <td>DESPESA SEM AMPARO LEGAL</td> </tr> <tr> <td>999</td> <td>NAO ATEND.ORIENTACAO ORGAO CONTAB SET/CENTRAL</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				RESTRICÃO	TÍTULO	008	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULAN	163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.	203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.	470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL	999	NAO ATEND.ORIENTACAO ORGAO CONTAB SET/CENTRAL
RESTRICÃO	TÍTULO														
008	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULAN														
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.														
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.														
470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL														
999	NAO ATEND.ORIENTACAO ORGAO CONTAB SET/CENTRAL														
Local	Brasília-DF.		Data												
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763												
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo														
															

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

11.6 Parecer da Auditoria Independente

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Serviço de Saúde Ambiental

Ações de Educação em Saúde Ambiental:

Foram realizadas reuniões de Planejamento em 10 (dez) municípios com a finalidade de mobilizar técnicos e incentivar a execução de Planos de Educação em Saúde Ambiental, voltados à ações de saneamento ambiental do Programa de Aceleração do Crescimento.

Referente a Coleta Seletiva Solidária do Decreto 5.940/2006 foram realizadas:

- palestra educativa para os servidores sobre a coleta seletiva solidária proferida por cooperados da cooperativa Coopere-Centro, que possui Termo de Compromisso firmado com a Funasa para a coleta dos resíduos recicláveis descartados na Superintendência.
- elaboração e distribuição de folhetos educativos sobre o uso correto dos recipientes adequados para coleta seletiva junto aos servidores da Suest/SP.

Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - Análise/Aprovação de 26 propostas. Importante destacar que os Planos Municipais de Saneamento Básico deverão ser elaborados de forma técnica participativa em todas as etapas, por esta razão existe a participação de técnicos da Saúde Ambiental no Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (Nict). Na análise/aprovação foram observados os itens que compõem a Mobilização Social.

Elaboração de banners educativos, com as temáticas: Planos de Educação em Saúde Ambiental; Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano; Uso Racional da Água e Energia e Coleta Seletiva Solidária.

Divulgação em mural institucional, a importância e o incentivo ao uso racional da água e energia, em atendimento recomendação da Controladoria Geral da União (CGU).

Ações de Apoio ao Controle da Qualidade da Água

Entre as atividades priorizadas no ano de 2012 estão àquelas relacionadas à estruturação da Unidade Regional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água - URCQA/Suest-SP, com o recebimento definitivo da Unidade Móvel de Apoio ao Controle da Qualidade da Água - UMCQA e a aquisição de equipamentos e materiais para o desenvolvimento das ações práticas relacionadas às atividades do Programa Nacional de Controle da Qualidade da Água – PNCQA da Funasa.

Novos esforços foram direcionados para avaliar e definir os materiais/equipamentos necessários ao trabalho da equipe com a UMCQA, resultando na aquisição de insumos e materiais de laboratório; bem como o encaminhamento a COCAG/Presi da relação de

equipamentos necessários para complementar a estrutura de apoio a UMCQA/SP, uma vez que a compra deve ocorrer de forma centralizada pela Presidência.

A equipe composta por técnicos da URCQA/SP e da Diesp/SP acompanhou ao longo do ano de 2012, por meio de reuniões e análises de projetos, o processo referente à construção do Centro de Referência do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas, fruto do TC/PAC 0973/2009. A partir da análise técnica de toda documentação foi aprovado, em 19/12/2012, o termo de compromisso que prevê o repasse de recursos de forma parcelada, conforme pactuado entre as partes.

O Termo de Compromisso (TC) 0973/2009 trata da construção do centro de referência, que consiste na sede administrativa e nos laboratórios para análise da qualidade da água e análise de efluentes. Este centro de referência será construído em Amparo-SP e deverá ser gerido pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA), de modo a beneficiar a todos os municípios consorciados.

Ao longo do ano, inúmeras reuniões entre a equipe da Funasa e o Grupo Executivo de Implantação do Consórcio, composto por membros dos municípios consorciados, foram realizadas para o acompanhamento e suporte técnico necessário.

Outra atividade relevante da área foi a participação da equipe URCQA/SP no I Simulado prático da FUNASA para avaliação de procedimentos e recursos no atendimento aos desastres associados às inundações na região sudeste. Com este simulado foi possível realizar um exercício prático da atuação da FUNASA em situações reais de desastre natural, avaliando também a integração das ações e das equipes das URCQA nos planos de contingência de emergência municipais e/ou estadual.

Além dos esforços empreendidos internamente para estruturar a unidade regional de apoio ao controle da qualidade da água na Suest/SP foram estabelecidos contatos com instituições parceiras, especialmente com o centro de vigilância sanitária do estado de SP (CVS/SES-SP). A aproximação com a Coordenação de Saúde Ambiental do CVS ocorreu por meio de reuniões realizadas no 2º semestre de 2012 com a proposta de estabelecer parceria para desenvolver ações conjuntas com enfoque nos municípios que possuem um histórico ruim na base de dados do Proágua/Vigiágua, demandando suporte técnico, operacional e/ou instrucional.

Além das atividades citadas, outras ações que foram iniciadas em 2012 manterão sua continuidade em 2013, a saber: a adequação da sala de apoio para atender as demandas da UMCQA; a celebração da parceria entre a Funasa e o Centro de Vigilância Sanitária por meio de um termo de cooperação técnica com vistas a apoiar os municípios do estado de SP no controle da qualidade da água; o atendimento das comunidades especiais (assentamentos rurais e quilombolas) com ações de apoio ao controle da qualidade da água e de educação em saúde ambiental; acompanhamento da elaboração e execução dos Planos de Mobilização Social para a consecução de planos municipais de saneamento básico financiados pela Funasa; acompanhamento das ações de educação em saúde ambiental conveniadas.

Em relação as atividades da Divisão de Administração, cumpre destacar que no exercício de 2012 foram instaurados 12 (doze) processos licitatórios, totalizando valor global de R\$ 417.681,04 (quatrocentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta e um reais e quatro centavos). Como ferramenta de gestão, em conformidade com os princípios da transparência e isonomia, foi adotada a modalidade eletrônica em 100% dos processos, excetuados aqueles em que se adotou dispensa ou inexigibilidade, por força da impossibilidade de competição, conforme quadro abaixo:

Tabela 12 – Processos Licitatórios – Modalidades Adotadas

MODALIDADES DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO	12
COTAÇÃO ELETRÔNICA	01
INEXIGIBILIDADE	13
DISPENSAS	06
TOTAL	32

Registre-se que, na modalidade eletrônica de licitação, houve uma economia de 36,43% (trinta e seis vírgula quarenta e três por cento) para os cofres públicos, vez que nas pesquisas de mercado o valor global estimado fora de R\$ 657.037,51 e o valor global negociado nos Pregões foi de R\$ 417.681,04. Foram considerados no cálculo apenas os itens que obtiveram sucesso nos pregões. Devido ao aumento da competição, em 2012, nas contratações de bens e serviços, através das diversas modalidades licitatórias, houve a redução no valor do regime de execução especial, ou seja, nas compras por suprimento de fundos, na ordem de 13,35% em relação ao gasto em 2011.

No tocante à gestão patrimonial, foram instaurados, em 2012, 9 (nove) processos de desfazimentos de bens classificados como inservíveis e antieconômicos, na modalidade de Doação, os quais ficaram sobrestados em razão do período eleitoral, sendo que, no exercício de 2013, serão envidados todos os esforços para sua realização, gerando economia nos gastos com manutenção.

Foram, ainda, melhoradas as ferramentas de controle de gastos com telefonia fixa e móvel, água, luz, etc., e também com gestão e fiscalização dos contratos administrativos, proporcionando uma economia com as despesas de custeio.

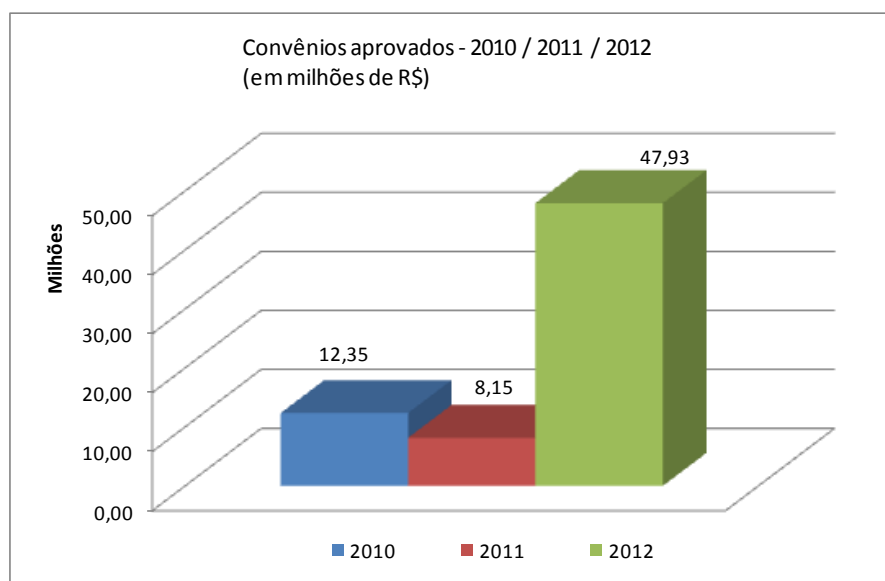
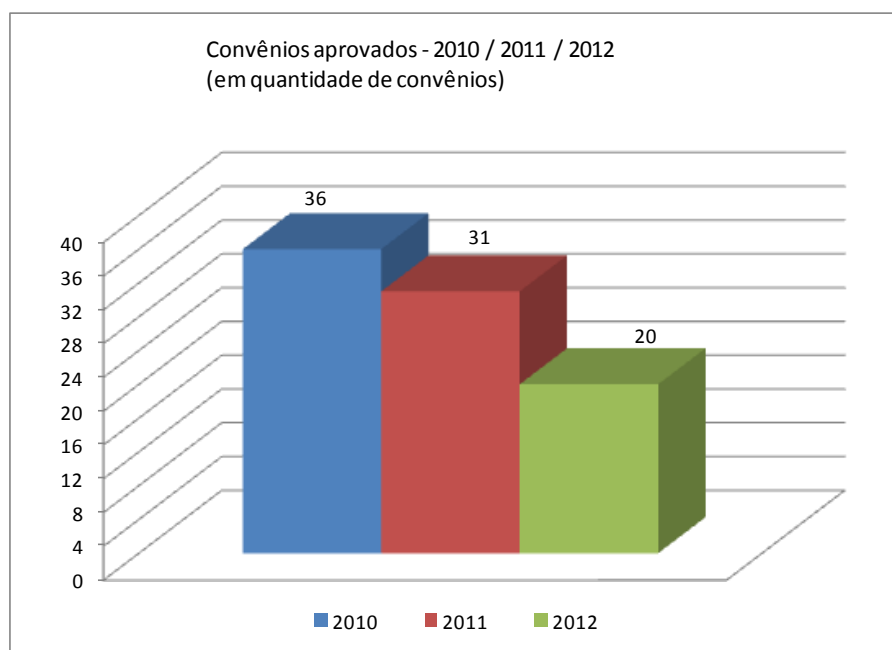
Finalmente, é importante registrar que, a execução orçamentária e financeira das despesas correntes (**custeio**) da Administração, obteve um índice positivo de 72%, (setenta e dois por cento), pois da Provisão Recebida da Presidência no valor de R\$ 1.618.508,00, foram empenhados R\$ 1.165.926,00, sendo devolvido R\$ 452.582,00, o que corresponde a 28% (vinte e oito por cento) do valor disponibilizado. Com relação à execução orçamentária e financeira das despesas correntes (**investimento**) a Administração obteve um índice positivo bastante considerável, de 98%(noventa e oito por cento), pois da Provisão Recebida da Presidência no valor de R\$ 4.965.640,00, foram empenhados R\$ 4.872.684,00, sendo devolvidos R\$ 92.956,00 que corresponde a 2% do valor do total disponibilizado.

Queremos registrar, outrossim, o investimento no último dia útil do ano, ou seja, dia 28/12/2012, precisamente às 22h05min, por meio da 2012GP800073, a aquisição do prédio sede onde se encontra instalada a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, situado à Rua Bento Freitas, nº. 46 - Vila Buarque, Centro, nesta cidade de São Paulo-SP, pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS pelo valor de R\$ 4.500.000,00(Quatro milhões e quinhentos mil reais). Ressaltamos o esforço da Presidência da FUNASA em conseguir esse recurso no final do exercício de 2012, bem o como o empenho de todos que compõe a Divisão de Administração desta Superintendência Estadual de São Paulo, fazendo com que a insuficiência acentuada de servidores em todos os Setores, não prejudique o cumprimento de suas atribuições.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

À luz de suas competências institucionais e em consonância com os objetivos traçados pela **Funasa** Presidência, visando contribuir com as metas do Governo Federal, a Superintendência Estadual de São Paulo, estabeleceu no seu Plano de Ações para 2012 metas estratégicas para suas áreas finalísticas.

A Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) voltou seus esforços, em 2012, para as ações de beneficiamento de municípios com a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, bem como a Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos, conforme informações detalhadas no decorrer deste relatório. Os resultados podem ser analisados a partir dos gráficos comparativos a seguir:



Em uma análise rápida podemos observar que no ano de 2012 a quantidade de convênios do exercício aprovados é inferior aos anos de 2011 e 2010, porém em valores de repasse de recursos é mais que o dobro da soma dos dois anos anteriores.

O Serviço de Saúde Ambiental - Sesam concentrou a sua atuação em 2012 em ações voltadas a estrutura física e logística para prestar apoio a municípios com Ações de Controle da Qualidade da água, fomento às ações de Educação em Saúde Ambiental e apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental, conforme informações detalhadas no corpo deste relatório.

Para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e metas programadas pela Superintendência Estadual de São Paulo no ano de 2012, foi utilizado o software MS Project que apontou um percentual de 78,31% de execução para a Superintendência Estadual, sendo 85,47% de execução das ações programadas para a Divisão de Engenharia de Saúde Pública; 91,66% de execução das ações programadas para o Serviço de Saúde Ambiental; 80% de execução das ações programadas para o Serviço de Recursos Humanos; 47% de execução das ações programadas para Administração e 100% de execução das ações programadas para o Gabinete da Superintendência

Os principais desafios enfrentados pela Superintendência Estadual de São Paulo na consecução dos objetivos traçados para o ano de 2012 foram o contexto político, em razão das eleições municipais que desviaram a atenção dos gestores para as campanhas eleitorais, e a deficiência quantitativa e qualitativa de pessoal técnico e administrativo para o desenvolvimento das ações planejadas, uma vez que o quadro de servidores da Suest-SP é composto, em grande parte, por servidores antigos, muitos dos quais encontram-se em fase de aposentadoria e não possuem a qualificação profissional necessária para o atendimento integral das atuais competências da Instituição.

Dessa forma, considerando os desafios e obstáculos enfrentados no exercício de 2012 e tendo em vista as metas e os resultados alcançados por esta Superintendência, concluímos que o atingimento de 78,31% das metas é um resultado que pode ser considerado muito bom.

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

Ética;
Eqüidade;
Transparência;
Eficiência, Eficácia e Efetividade;
Valorização dos servidores;
Compromisso socioambiental.



Fundação
Nacional
de Saúde



Ministério da
Saúde

